

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/29365	38212/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DCP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Considerando que:

Nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Presidente da Câmara pode praticar atos da competência do órgão executivo municipal, sujeitos a posterior ratificação, quando se verifique urgência devidamente fundamentada;

Em 09 de setembro de 2025, o Senhor Presidente da Câmara aprovou a abertura do procedimento para celebração de acordo quadro para Serviços de Fiscalização e Controlo de Empreitadas, conforme consta do ponto 3.º da informação de abertura do procedimento;

A urgência da decisão prende-se com a necessidade de tramitação célere do procedimento, tendo em conta:

- O elevado número de obras em curso e outras em fase de contratação;
- A complexidade técnica das empreitadas, envolvendo diversas especialidades;
- A existência de financiamento externo com prazos restritivos, exigindo cumprimento rigoroso dos cronogramas;
- A próxima reunião do Executivo Municipal apenas ocorrerá a 26 de setembro, o que atrasaria significativamente o início do procedimento e comprometeria os prazos de execução e financiamento;

Propõe-se:



Que o Executivo Municipal ratifique a decisão do Senhor Presidente da Câmara, tomada em 09 de setembro de 2025, relativa à abertura do procedimento para celebração de acordo quadro para Serviços de Fiscalização e Controlo de Empreitadas, assim como aprovação das peças do procedimento, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Parecer

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para autorização da despesa e aprovação das peças do procedimento (convite e caderno de encargos) pertence ao Órgão Executivo.

A chefe da DCP,

(Leila Camacho)

9/9/2025

Despacho

Com fundamento na presente informação concordo com as propostas constantes do ponto 3.º da presente informação.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro:

Deve, nos termos da norma anteriormente referenciada, ser a presente decisão submetida a ratificação do órgão executivo, na sua próxima reunião.

O Presidente da Câmara,

(Ricardo Rio)

25/09/2025

1. Informação

Data

08/09/2025

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Prazo execução
AQ/01/25/DCP	1.864.900,00€	4 anos
Objeto Serviços de Fiscalização e Controlo de Empreitadas		
CPV 71520000-9 Serviços de supervisão da construção		

Projeção Plurianual da Despesa (valores s/IVA)

Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027	Ano 2028	Seg.s	TOTAL
Não aplicável					

3. Propostas de aprovação

3.1 Da decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º do CCP.

3.2 Da escolha do procedimento de Acordo Quadro, nos termos do artigo 38.º e 253.º, n.º 2 do CCP e de acordo com os artigos 16.º, n.º 1, alínea b) e 136.º do CCP, a realização de um concurso público com publicidade internacional.

3.3 Do gestor do contrato (art.º 290º-A): Eng.ª Ana Martins

3.4 Do programa de concurso, do caderno de encargos, nos termos do artigo 40.º, n.º 2 do CCP.

- 3.5** Da designação do júri do procedimento, nos termos do artigo 67º, nº1 do CCP, o qual inicia o exercício das suas funções no dia útil ao do envio do anúncio ou do convite, nos termos do art.º 68º n.º 1.
- 3.6** Da delegação no júri, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do CCP, das competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar, desde que não impliquem aumento da despesa e não constem da parte final do n.º 2 do art.º 69º do CCP, nomeadamente:
- 3.6.1** Proceder às formalidades necessárias ao procedimento nas plataformas eletrónicas;
 - 3.6.2** Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.
 - 3.6.3** A prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, artigo 64.º do CCP;
 - 3.6.4** A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP;
 - 3.6.5** Proceder à apreciação das candidaturas/ das propostas/ de soluções de projetos;
 - 3.6.6** Elaborar os relatórios de análise das candidaturas/ das propostas/ de soluções de projetos.
- 3.7** Da delegação na Divisão de Contratação Pública, das competências acima delegadas no júri, ao abrigo do disposto no artigo 125.º do CCP, caso o júri seja dispensado nos termos do n.º 4 do art.º 67º do CCP.
- 3.8** Da delegação na Divisão de Contratação Pública, das seguintes competências:
- 3.8.1** Proceder às formalidades necessárias ao procedimento nas plataformas eletrónicas;
 - 3.8.2** A prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, artigo 64.º do CCP;
 - 3.8.3** Proceder à notificação da decisão de adjudicação e solicitar a apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução, quando aplicável, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, acompanhada do relatório final de análise de propostas, n.º 3 do art.º 77º do CCP.
 - 3.8.4** Proceder à notificação a todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, nos termos do n.º1 do artigo 85.º do CCP;

3.8.5 A prorrogação do prazo de apresentação, ou a supressão de irregularidades, dos documentos de habilitação, nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP e nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 132º do CCP .

4. Decisão de contratar

De acordo com o referenciado pelo serviço requisitante, a necessidade deste serviço encontra-se justificada na informação preparatória de início de procedimentos de contratação e prende-se com:

"A formação de um acordo-quadro para a prestação de serviços de fiscalização, acompanhamento e controlo de empreitadas de obras públicas no Município de Braga, destina-se a munir a entidade adjudicante de ferramentas e instrumentos de atuação ágil e expedita, mobilizando um dos prestadores de serviço antecipadamente selecionado e com as condições contratuais já estabelecidas, sempre que se torne necessário a prestação dos serviços acima referidos, garantindo que a fiscalização das obras públicas fica assegurada."

5. Aquisição de serviços – LOE 2025

5.1 Nos termos da alínea g) do n.º 6 do art.º 16 da LOE 2025 - Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, nos contratos de aquisição de serviços as autarquias locais estão excluídas do disposto nos n.º 1 a 3.

5.2 Nos termos do n.º 2 do art.º 17 da LOE 2025 - Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, a decisão de contratar a aquisição de serviços ao setor privado, cujo objeto sejam estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados, incluindo a renovação de eventuais contratos em vigor, apenas pode ser tomada em situações excecionais devidamente fundamentadas, desde que demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades por via de recursos próprios. Posto isto, e no caso em apreço e ainda que o Município disponha de técnicos habilitados, os mesmos são manifestamente insuficientes para garantir a fiscalização do elevado número de obras públicas previstas, algumas delas já na fase de formação do contrato, com tipologia complexa e de duração prolongada, bem como valores de adjudicação elevados.

O recurso a um processo de contratação pública é absolutamente indispensável e destina-se a munir a entidade adjudicante de ferramentas e instrumentos de atuação ágil e expedita, mobilizando um dos prestadores de serviço antecipadamente selecionado e com as condições contratuais já estabelecidas, sempre que se torne necessário face ao elevado volume de obras públicas a executar, e de elevada complexidade, grande parte delas financiadas, pelo PRR ou pelo programa Norte 20-

30, cuja fiscalização não se consegue garantir com os recursos internos por serem manifestamente insuficientes face ao volume anormal e elevado, tipologia e duração das obras.

Como agravante, neste momento a Divisão de Gestão de Empreitadas encontra-se desfalcada, dado que há dois técnicos ausentes do serviço, um deles por baixa médica e outro por licença de maternidade.

6. Escolha do procedimento (20.º)

Critério	Fundamentação	
	Direito	Facto
Valor	Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, na sua atual redação e de acordo com o artigo 474º do CCP, nº3, alínea c) do CCP, cujos valores foram atualizados pelos Regulamento Delegado EU 2023/2495: acima dos 221.000,00€ deverá a escolha do procedimento ser concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.	Apesar da celebração do acordo quadro, objeto do procedimento, não implicar, diretamente e por si só, a realização de qualquer despesa, uma vez que tem ele por objeto a atribuição à entidade adjudicante, a título unilateral e gratuito, de um direito de opção para a conclusão de múltiplos contratos de aquisição de serviços de fiscalização, acompanhamento e controlo de empreitadas de obras públicas, nos termos do n.º 1 do artigo 255.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i> , tem a entidade adjudicante a expectativa de vir a celebrar, ao seu abrigo, contratos (optativos) de aquisição de serviços onerosos de valor, acumulado, superior a € 1.864.900,00 . O procedimento de concurso público , nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, c) e 130.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i> , ex vi o n.º 2 do artigo 253.º do mesmo código, ao abrigo do critério de valor do contrato para a escolha do procedimento, permite a adjudicação de aquisição de serviços de valor ilimitado nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 20.º do mesmo código.

7. Objeto e conteúdo do acordo quadro:

O acordo quadro a celebrar tem por objeto a atribuição à entidade adjudicante e contraente público, a título gratuito, do direito de celebrar, com 3 (três) prestadores de serviços adjudicatários, múltiplos contratos (optativos) de aquisição de serviços de fiscalização, acompanhamento e controlo de empreitadas de obras públicas a terem lugar no Município de Braga.

8. Fundamentação do Preço Base

O procedimento de acordo quadro não tem qualquer despesa associada. Apenas os contratos, optativos, que se procedimento venham a adjudicar, através de ajuste direto, darão lugar a despesa.

Para estimar o valor máximo que se estima adjudicar ao longo do período de vigência do presente acordo-quadro, foram utilizados valores de referência para cada tipo de função que poderá vir a ser necessário contratar. Para a determinação desses valores foram utilizados como referência os custos médios unitários obtidos no procedimento de contratação de prestação de serviço do mesmo tipo para a execução da empreitada Residência Universitária Confiança.

No entanto foram ligeiramente ajustados tendo em conta a incerteza da execução dos trabalhos dado que no procedimento por acordo quadro, os contratos de prestação efetiva de serviço são optativos, não havendo qualquer garantia para o cocontratante de vir a realizar a referida prestação de serviços.

Para além disso, face à conjuntura nacional de elevado número de obras, devido aos financiamentos PRR e Norte 20-30, em que haverá uma contratação acima do normal deste tipo de serviços, os preços base têm de se adaptar à lei da oferta e da procura, sob pena do procedimento deixar de ter interesse para as empresas que prestam este tipo de serviço.

Designação	Qt	Habilitações mínimas	Afetação	Empresa 1	Empresa 2	Média + 10%
				Valor mensal	Valor mensal	Valor mensal
Diretor técnico de fiscalização	1	Engenheiro Civil	100%	3 800,00 €	4 000,00 €	4 290,00 €
Diretor técnico adjunto	1	Engenheiro Civil	100%	3500,00 €	3 000,00 €	3 250,00 €
Fiscal eletrotécnico	1	Engenheiro eletrotécnico	50%	3500,00 €	4 000,00 €	3 750,00 €

Fiscal Eletromecânico/AVAC	1	Engenheiro mecânico	50%	3 500,00 €	4 000,00 €	3 750,00 €
Coordenação Segurança e Ambiente	1	Coordenador Segurança e Saúde	60%	3 000,00 €	3 300,00 €	3 150,00 €

9. Preço anormalmente baixo

Considerar-se-á, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos, como preço anormalmente baixo, todos aqueles que representam um desvio percentual, em relação aos preços base unitários definidos no programa do procedimento, superior a 20%.

O limiar aqui proposto para a determinação dos preços anormalmente baixos é indispensável a garantir a boa execução das prestações objeto do acordo quadro a celebrar, uma vez que, a entidade adjudicante tem constatado que a admissão de proposta de preço inferior a 20% acaba por traduzir-se, em fase de execução contratual, em incumprimento, quer no plano da mobilização de meios para a obra, quer no incumprimento de mobilização de recursos com a experiência propostos.

Na verdade, face à aferição periódica que realiza aos resultados das suas intervenções, a entidade adjudicante acredita que a fixação de preços inferiores àquele limiar condiciona, de forma muito significativa, a capacidade de o adjudicatário financiar a boa execução do serviço de fiscalização, o que compromete o acompanhamento rigoroso e eficaz da obra, com consequências indesejáveis, reflexamente, para o bom cumprimento do contrato de empreitada.

A entidade adjudicante sabe, porém, que os concorrentes podem apresentar – e, por norma, apresentam – propostas de preço que se fixam abaixo daquele limiar, propostas essas que têm de ser consideradas, admitidas e avaliadas se devidamente justificadas.

Porém, em ordem a prevenir que tais riscos se concretizem em consequências nefastas para a realização do interesse público – e a experiência interna aponta, como se disse, que um desvio superior ao 20% do preço base encerra, em si mesma, um grau de risco relevante – a entidade adjudicante pretende, em relação a preços nessa ordem de grandeza, a certeza justificada da sua adequação.

10. Vigência do Acordo Quadro

O acordo quadro será celebrado pelo prazo de 4 (quatro) anos, sem prejuízo da possibilidade da entidade adjudicante poder denunciá-lo decorridos 6 (seis) meses de vigência, caso venha a constatar que a manutenção do mesmo já não apresenta

virtualidades económicas ou procedimentais que o justifique, nos termos do caderno de encargos.

11. Peças do procedimento (40.º/1/a))

- a. Caderno de Encargos (42.º a 49.º)
- b. Programa de Concurso (132.º)

12. Júri do Procedimento

Função	Nome	Serviço/Divisão
Presidente	Carlos Rodrigues	DMOSM
Membros efetivos	Ana Martins	DMOSM
	Leila Camacho	DCP
	Ana Costa	DCP
	Nuno Pontes	DCP
Membros suplentes	Valéria Borges	DMOSM
	Carolina Berrones	DCP

13. Gestor do Procedimento

Nome	Serviço/Divisão
Leila Camacho	DCP

14. Prazo para apresentação da(s) proposta(s)

O prazo para apresentação de propostas definido na clausula 17ª do programa de concurso, será de 15 dias porque não é viável à entidade o cumprimento do prazo mínimo de 30 dias. Nestes termos, e dando cumprimento ao disposto no n.º 3 do art.º 136º do CCP, a DGE – Divisão Gestão de Empreitadas apresenta a seguinte justificação para a definição do prazo mínimo para apresentação de propostas a contar da data de envio do anúncio, que se propõe para aprovação.

" Neste tipo de procedimento, e nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 136º do CCP, o prazo de apresentação das propostas mínimo é de 30 dias, a contar da data de envio do anúncio para o serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.

Acontece que face ao elevado número de obras que estão em curso neste momento, acrescidas das que estão já em fase de contratação e outras cuja contratualização se prevê iniciar nas próximas semanas, obras estas de elevada complexidade, com valores elevados

e grande parte delas financiadas, com diversas especialidades envolvida e prazos demasiado restritivos para fazer face ao cumprimento do cronograma de financiamento, tornar-se-á muito difícil, senão impossível a fiscalização ser assegurada pelos técnicos do município, quer da Divisão de Gestão de Empreitadas, e também da DEIPE, no que se refere à parte de eletricidade e eletromecânica.

Nestes termos, e tendo em conta que o procedimento de concurso público internacional apenas se destina a selecionar 3 empresas com quem poderão vir a ser celebrados contratos optativos da prestação de serviços em causa, e considerando que, em caso de não ser possível garantir a fiscalização simultânea de todas as obras, poderá ser colocado em causa o cumprimento dos prazos impostos pelas entidades financiadoras, o que terá como consequência a perda do financiamento, representando esse facto um grave prejuízo financeiro para o município e para o país, propõe-se a redução do prazo de entrega das propostas no termos do previsto no n.º 3 do artigo 136º, para um prazo entre 15 a 20 dias."

15. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

16. Anexos

- a.** Cabimento.
- b.** Programa de Concurso
- c.** Caderno de Encargos.

17. Assinatura

O Gestor do Procedimento,

**CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO-QUADRO
PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DE EMPREITADAS DE OBRAS
PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE BRAGA**

PROGRAMA DE CONCURSO

INDICE

I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Artigo 1.º (Identificação do concurso e da entidade adjudicante).....	4
Artigo 2.º (Decisão de contratar)	4
Artigo 3.º (Fundamentação da decisão de contratar)	4
Artigo 4.º (Tipo de procedimento)	5
Artigo 5.º (Consulta e fornecimento das peças do procedimento)	5
Artigo 6.º (Objeto do concurso)	5
Artigo 7.º (Valor estimado do acordo-quadro)	7
II – CONCORRENTES	7
Artigo 8.º (Modalidade jurídica de associação de empresas)	7
Artigo 9.º (Associação em caso de adjudicação).....	8
III – ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	8
Artigo 10.º (Pedidos de esclarecimento, retificações e erros e omissões do caderno de encargos) 8	
Artigo 11.º (Prazo de vigência).....	9
Artigo 12.º (Parâmetros base)	9
Artigo 13.º (Documentos que constituem as propostas).....	11
Artigo 14.º (Prazo de validade das propostas)	13
Artigo 15.º (Idioma dos documentos da proposta)	13
Artigo 16.º (Proposta variante)	13
IV – APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:	14
Artigo 17.º (Prazo e modo de apresentação das propostas)	14
V – ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	15
Artigo 18.º (Esclarecimentos e suprimento de propostas)	15
Artigo 19.º (Critério de adjudicação).....	15
Artigo 20.º (Negociação).....	16
Artigo 21.º (Preço anormalmente baixo).....	17
Artigo 22.º (Audiência prévia e adjudicação)	17
VI – HABILITAÇÃO E CAUÇÃO:.....	17
Artigo 23.º (Requisitos).....	17
Artigo 24.º (Documentos de habilitação).....	18
Artigo 25.º (Registo Central de Beneficiário Efetivo)	20
Artigo 26.º (Caução)	20
VII – CELEBRAÇÃO DO ACORDO-QUADRO.....	21
Artigo 27.º (Minuta do acordo-quadro).....	21
Artigo 28.º (Celebração do acordo-quadro)	21
Artigo 29.º (Procedimento de contratação ao abrigo do acordo-quadro)	21
Artigo 30.º (Direito de opção).....	22
Artigo 31.º (Celebração de contratos ao abrigo do acordo-quadro)	22

VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	23
Artigo 32.º (Comunicações)	23
Artigo 33.º (Despesas e encargos)	23
Artigo 34.º (Legislação aplicável).....	23
Artigo 35.º (Produção de efeitos dos contratos)	23
IX – ANEXOS AO PROGRAMA DO PROCEDIMENTO.....	24
ANEXO I Formulário do documento Europeu de Contratação única	25
ANEXO I.I MODELO DE DECLARAÇÃO	26
ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO	28
ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE ASSOCIAÇÃO JURÍDICA.....	29
ANEXO IV LISTA DE PREÇO UNITÁRIOS	31
ANEXO V LISTA DA EQUIPA TÉCNICA BASE PROPOSTA.....	32
ANEXO VI MODELO DE DECLARAÇÃO TÉCNICA	37
ANEXO VII REGULAMENTO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS.....	38
ANEXO VIII MINUTA DO ACORDO-QUADRO	45
ANEXO IX MODELOS DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO	55

I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

(Identificação do concurso e da entidade adjudicante)

1.- O presente programa regula o procedimento de formação um acordo-quadro a outorgar com 3 (três) entidades para a prestação de serviços de fiscalização, acompanhamento e controlo de empreitadas de obras públicas no Município de Braga.

2.- A presente contratação é promovida pelo Município de Braga, que se assume como entidade adjudicante.

3.- A entidade adjudicante tem sede na Praça do Município, 4700-435 Braga, e oferece os contactos seguintes:

- a) Telefone: (+351) 251 61 60 60
- b) Fax: (+351) 253 20 31 51
- c) Endereços eletrónico: contratacao publica@cm-braga.pt

Artigo 2.º

(Decisão de contratar)

A decisão de contratar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, será tomada pela Câmara Municipal no exercício da competência estabelecida no artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do DL n.º 197/99, de 08.06, repristinado pela Resolução da Assembleia da República nº86/2011 de 11 de Abril e mantido em vigor pelo DL n.º 18/2008, de 29.01 (na redação atual), em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12.09, em deliberação de 26 de setembro de 2025, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Artigo 3.º

(Fundamentação da decisão de contratar)

1.- A formação do um acordo-quadro para a prestação de serviços de fiscalização, acompanhamento e controlo de empreitadas de obras públicas no Município de Braga, destina-se a munir a entidade adjudicante de ferramentas e instrumentos de atuação ágil e expedita, mobilizando um dos prestadores de serviço antecipadamente selecionado e com as condições contratuais já estabelecidas sempre que se torne necessário a prestação dos serviços acima referidos, garantindo que a fiscalização das obras públicas fica assegurada.

2.- O recurso a um processo de contratação pública é absolutamente indispensável face ao elevado volume de obras públicas a executar, e de elevada complexidade, grande parte delas financiadas, pelo PRR ou pelo programa Norte 20-30, cuja fiscalização não se consegue garantir com os recursos internos por serem manifestamente insuficientes face ao volume, tipologia e duração das obras.

Artigo 4.º
(Tipo de procedimento)

1.- A contratação é precedida pelo presente procedimento de concurso público, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, alínea c) e 130.º do Código dos Contratos Públicos.

2.- O procedimento de concurso público foi escolhido ao abrigo do critério do valor, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, por força do disposto no n.º 2 do artigo 253.º do mesmo código, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

Artigo 5.º
(Consulta e fornecimento das peças do procedimento)

1.- O programa de concurso e o caderno de encargos bem como os demais documentos que integram o presente procedimento encontram-se patentes na página <https://www.vortal.biz/pt> e, em suporte papel, na sede da entidade adjudicante, identificada no n.º 3 do artigo 1.º, onde podem ser consultados durante as horas de expediente, das 9h às 12h e das 14h às 16h, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2.- Nas consultas não é permitida a reprodução por cópia, fotografia ou processo semelhante, de quaisquer documentos, nem neles fazer qualquer tipo de inscrição.

Artigo 6.º
(Objeto do concurso)

1.- O concurso tem por objeto a escolha de 3 (três) cocontratantes da entidade adjudicante para a celebração de um acordo-quadro para a prestação dos serviços de fiscalização, acompanhamento e controlo de empreitadas de obras públicas, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos.

2.- O acordo-quadro, que se materializa num contrato de opção, terá por objeto a atribuição à entidade adjudicante do direito de celebrar, com o(s) respetivo(s) adjudicatário(s), nos termos previstos no caderno de encargos, múltiplos contratos (optativos) de aquisição de serviços de fiscalização, acompanhamento e controlo de empreitadas de obras públicas, nos termos do disposto na alínea h) do n.º 1, do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos.

3.- O acordo-quadro será celebrado entre a entidade adjudicante e as três entidades que tenham subscrito as propostas economicamente mais vantajosas à luz do critério de adjudicação, nos termos do disposto no artigo 253.º, n.º 4 do Código dos Contratos Públicos, podendo tal seleção ser em número inferior caso o número de propostas apresentadas e não excluídas venha a ser inferior, mas sempre em número mínimo de duas.

4.- Os contratos (optativos) de aquisição de serviços a celebrar ao abrigo do acordo-quadro terão por objeto a prestação, pelo cocontratante, dos serviços de fiscalização, acompanhamento e controlo de empreitadas de obras públicas.

5.- A prestação dos serviços implicados nos contratos (optativos) a celebrar ao abrigo do acordo-quadro, poderão, em função da especificidade de cada adjudicação, implicar a mobilização do tipo de competências funcionais seguintes:

Função	Habilitações Mínimas
Diretor de Fiscalização	Engenheiro Civil / Engenheiro Técnico Civil
Engenheiro Fiscal de Obra	Engenheiro Civil / Engenheiro Técnico Civil
Engenheiro de Eletrotecnia / Telecomunicações	Engenheiro Eletrotécnico / Engenheiro Técnico Eletrotécnico
Engenheiro AVAC / Ascensores / Equip. Mecânicos / Gás	Engenheiro Mecânico / Engenheiro Técnico Mecânico
Coordenador de Segurança e Saúde	Licenciatura / CAP TSST (Nível 6) válido
Técnico de Gestão Ambiental	Engenheiro do Ambiente / Ciências do Ambiente ou áreas equivalentes.

Função	Habilitações Mínimas
Topógrafo (+ ajudante porta miras)	12.º ano de escolaridade + (formação específica)

- a. Esta constituirá a equipa a propor pelos concorrentes.
- b. Os elementos da equipa que contribuem para a avaliação da capacidade técnica do concorrente são os diretores de fiscalização, os engenheiros fiscais (de obra e das especialidades) e os coordenadores de segurança e saúde.

Artigo 7.º

(Valor estimado do acordo-quadro)

- 1- O valor máximo que se estima adjudicar ao longo do período de vigência do presente acordo-quadro é de **€ 1.864.900,00** (um milhão, oitocentos e sessenta e quatro mil e novecentos euros), constituindo o valor máximo do somatório dos contratos que a entidade pode adjudicar.
- 2- A celebração dos contratos ao abrigo do acordo-quadro será realizada por ajuste direto, nos termos do artigo 258.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos e com as especificidades previstas no caderno de encargos.

II – CONCORRENTES

Artigo 8.º

(Modalidade jurídica de associação de empresas)

- 1.- Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, independentemente da atividade por elas exercida, sem que entre elas exista necessariamente qualquer modalidade jurídica de associação, desde que subscrevam e apresentem ao concurso declaração de intenção de associação jurídica, em conformidade com o modelo constante do Anexo III ao presente programa.
- 2.- Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
- 3.- Todos os membros do agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta que apresentarem.

Artigo 9.º

(Associação em caso de adjudicação)

1.- No caso de adjudicação, as empresas do agrupamento associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do acordo-quadro, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou de consórcio externo, conforme a opção do adjudicatário, mas sempre em regime de responsabilidade solidária passiva.

2.- Os membros do agrupamento podem, querendo, indicar um representante do agrupamento para efeitos de apresentação e assinatura da proposta, devendo para esse efeito serem emitidos e apresentados com a proposta os correspondentes instrumentos de mandato.

3.- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a entidade adjudicante poderá consagrar diretamente no título contratual a responsabilidade solidária passiva das várias entidades que integrem o adjudicatário quando, para efeitos do disposto no número anterior, a modalidade de associação escolhida não implique a criação de uma entidade com personalidade jurídica.

III – ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 10.º

(Pedidos de esclarecimento, retificações e erros e omissões do caderno de encargos)

1.- Os esclarecimentos devem ser solicitados pelos concorrentes, por escrito, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2.- Também até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por eles detetados.

3.- Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Júri presta por escrito os esclarecimentos necessários à boa compreensão das peças e o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

4.- O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior, ou até ao final do prazo para entrega das propostas, caso em que se aplica o disposto no artigo 64.º do *Código dos Contratos Públicos*.

5.- O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.

6.- Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados desse facto.

7.- Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 11.º

(Prazo de vigência)

O acordo-quadro será celebrado pelo prazo de 4 (quatro) anos, sem prejuízo da possibilidade da entidade adjudicante poder denunciá-lo caso venha a constatar que a manutenção do mesmo já não apresenta virtualidades económicas ou procedimentais que o justifiquem.

Artigo 12.º

(Parâmetros base)

1.- Os preços unitários de referência seguintes representam, todos eles, parâmetros base para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 42.º do *Código dos Contratos Públicos*:

Função	Habilitações Mínimas	Preço Mensal em Afetação a 100%
Diretor de Fiscalização	Engenheiro Civil ou Engenheiro Técnico Civil, com mínimo de 10 anos de experiência em funções de fiscalização de obras.	4.500 €

Função	Habilitações Mínimas	Preço Mensal em Afetação a 100%
Engenheiro Fiscal de Obra	Engenheiro Civil ou Engenheiro Técnico Civil, com mínimo de 5 anos de experiência em funções de fiscalização de obras.	3.850 €
Engenheiro de Eletrotecnia / Telecomunicações	Engenheiro Eletrotécnico ou Engenheiro Técnico Eletrotécnico, com pelo menos 5 anos de experiência em funções de fiscalização das respetivas especialidades.	4.000 €
Engenheiro de AVAC / Ascensores / Equip. Mecânicos / Gás	Engenheiro Mecânico ou Engenheiro Técnico Mecânico, com pelo menos 5 anos de experiência em funções de fiscalização das respetivas especialidades.	4.000 €
Coordenador de Segurança e Saúde	Licenciatura e CAP de Técnico Superior de Segurança no Trabalho (Nível 6) válido, com pelo menos 5 de experiência em funções de coordenação de segurança e saúde.	3.500 €
Técnico de Gestão Ambiental	Engenheiro do Ambiente, Ciências do Ambiente ou áreas equivalentes com pelo menos 5 anos de experiência em acompanhamento ambiental em obra.	3.500 €
Topógrafo (+ ajudante porta miras)	Técnico com pelo menos 5 anos de experiência em trabalhos de topografia.	3.500 €

2.- Para efeitos do disposto no número anterior, deve entender-se que os preços unitários base ali fixados constituem os limites máximos, com os quais se deverão conformar os atributos das propostas a apresentar pelos concorrentes, significando, assim, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelos respetivos tipos de competência/ função a mobilizar para a execução dos serviços implicados em cada contrato (optativo) de prestação de serviços. À proposta de preço será atribuída uma percentagem de afetação mensal por técnico e por prestação de serviço que determinará o valor mensal a contratualizar.

3.-Para efeitos de cálculo do preço, os concorrentes devem considerar todos os encargos decorrentes do acompanhamento técnico efetivo da execução dos trabalhos das empreitadas, atendendo aos habituais condicionamentos verificados em obras desta natureza e ter ainda em conta encargos relativos a, nomeadamente, mobilização de todos os meios humanos (mão-de-obra com qualificação adequada) e materiais (veículos, combustível, equipamento, deslocações, estadias, comunicações, reprodução de documentos, equipamento auxiliar de fiscalização, etc.).

4.- A violação de qualquer um dos parâmetros base implica a consequência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 13.º

(Documentos que constituem as propostas)

1.- Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de celebrar o acordo-quadro e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

2.- Os concorrentes deverão fazer acompanhar a sua proposta, dos documentos seguintes, elaborados nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, designadamente em conformidade com o seu artigo 57.º:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (**DEUCP**), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, elaborada em conformidade com o modelo de instruções constantes no **Anexo I** ao presente programa de concurso.
- b) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, conforme o modelo constante do **Anexo I.I** ao presente programa de concurso;
- c) Declaração de intenção de associação jurídica, no caso previsto no artigo 8.º, conforme o modelo constante do **Anexo III** ao presente programa de concurso;

- d) Relação dos técnicos a afetar ao acordo-quadro a celebrar, devendo pertencer aos quadros da empresa, em cumprimento da equipa base prevista neste programa de concurso, compreendendo o número mínimo seguinte, que constituirá a equipa base proposta:

Função	Número Mínimo de Técnicos
Diretor de Fiscalização	3
Engenheiro Fiscal de Obra	3
Engenheiro de Eletrotecnia / Telecomunicações	2
Engenheiro de AVAC / Ascensores / Equip. Mecânicos / Gás	2
Coordenador de Segurança e Saúde	2
Técnico de Gestão Ambiental	1
Topógrafo (+ ajudante porta miras)	1

- e) Os **currículos e certificados** de inscrição válida em ordem ou associação profissional, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, ou, quando não exigível a inscrição, ao abrigo deste ou de outro regime legal, certificado de habilitação de todos os elementos indicados nos termos da alínea anterior;
- f) Relativamente aos técnicos a propor para as funções de Coordenador de Segurança e Saúde, devem apresentar **Certificado de Aptidão Profissional** válido, emitido pela Autoridade para as Condições do Trabalho, comprovativo da qualificação do técnico designado para a função de Coordenador de Segurança em Obra (**CSO**), dando cumprimento ao exigido no Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro. É condição de validade do CAP, a atualização científica e técnica, a cada período de 5 anos, através da frequência de formação contínua correspondente a, pelo menos, 30 horas, nos termos do previsto no artigo 8.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto, pelo que devem apresentar o certificado de frequência da formação realizada.
- g) Declarações, sob compromisso de honra, emitidas individualmente por cada um dos técnicos propostos, nos termos da alínea d), garantido a sua disponibilidade para serem afetados aos serviços que vierem a ser adjudicados no âmbito do acordo-quadro, em conformidade com o modelo do **Anexo VI**;

- h) **Lista de preços unitários**, propostos para todas as valências referidas no artigo 12.º do presente programa, com apresentação do **Anexo IV** – Lista de Preços Unitários;
- i) Lista de técnicos a alocar aos serviços e que constitui a equipa base, em conformidade com o modelo do **Anexo V**, para apreciação da valia técnica associada à qualidade da equipa, nos termos previsto no artigo 19.º;

3.- Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

4.- Os concorrentes ficarão dispensados da apresentação dos instrumentos de mandato indicados na alínea b) do n.º 2 do presente artigo, caso a declaração exigida na alínea a) do mesmo normativo seja assinada por todos os membros do agrupamento concorrente ou seus representantes.

5.- Todos os documentos identificados no número anterior terão de ser, obrigatoriamente, documentos eletrónicos, nos termos do respetivo regime jurídico, assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão.

Artigo 14.º

(Prazo de validade das propostas)

As propostas manter-se-ão válidas por um prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar do termo do prazo para a sua apresentação, renovando-se por igual período, caso os concorrentes, naquele prazo, nada requeiram em contrário.

Artigo 15.º

(Idioma dos documentos da proposta)

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 16.º

(Proposta variante)

Não é admitida a apresentação de proposta variante, considerando-se como tal, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos, a proposta que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

IV – APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Artigo 17.º

(Prazo e modo de apresentação das propostas)

- 1.- Os documentos que constituem as propostas, indicados no artigo 13.º do presente programa de concurso, deverão ser entregues até às 23H59 do 15.º dia a contar da data do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia, nos termos do n.º 3 do artigo 136.º do CCP.
- 2.- Os documentos que constituem a proposta devem ser diretamente apresentados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, através do endereço <https://www.vortal.biz/pt>.
- 3.- No caso de a plataforma eletrónica prevista no número anterior se encontrar indisponível, os documentos da proposta devem ser apresentados através do endereço de correio eletrónico previsto na alínea c) n.º 3 do artigo 1.º do presente programa de procedimento
- 4.- Os interessados devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem.
- 5.- A receção das propostas é registada com referência à data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico de receção.
- 6.- Para efeitos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos, deverá ser observado o disposto nos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, nomeadamente, deverão ser assinados todos os documentos apresentados, independentemente do formato de ficheiro, com certificados de assinatura eletrónica qualificada.
- 7.- No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os Interessados devem proceder à junção de documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

- h) **Lista de preços unitários**, propostos para todas as valências referidas no artigo 12.º do presente programa, com apresentação do **Anexo IV** – Lista de Preços Unitários;
- i) Lista de técnicos a alocar aos serviços e que constitui a equipa base, em conformidade com o modelo do **Anexo V**, para apreciação da valia técnica associada à qualidade da equipa, nos termos previsto no artigo 19.º;

3.- Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

4.- Os concorrentes ficarão dispensados da apresentação dos instrumentos de mandato indicados na alínea b) do n.º 2 do presente artigo, caso a declaração exigida na alínea a) do mesmo normativo seja assinada por todos os membros do agrupamento concorrente ou seus representantes.

5.- Todos os documentos identificados no número anterior terão de ser, obrigatoriamente, documentos eletrónicos, nos termos do respetivo regime jurídico, assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão.

Artigo 14.º

(Prazo de validade das propostas)

As propostas manter-se-ão válidas por um prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar do termo do prazo para a sua apresentação, renovando-se por igual período, caso os concorrentes, naquele prazo, nada requeiram em contrário.

Artigo 15.º

(Idioma dos documentos da proposta)

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 16.º

(Proposta variante)

Não é admitida a apresentação de proposta variante, considerando-se como tal, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos, a proposta que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

IV – APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Artigo 17.º

(Prazo e modo de apresentação das propostas)

- 1.- Os documentos que constituem as propostas, indicados no artigo 13.º do presente programa de concurso, deverão ser entregues até às 23H59 do 17.º dia a contar da data do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia, nos termos do n.º 3 do artigo 136.º do CCP.
- 2.- Os documentos que constituem a proposta devem ser diretamente apresentados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, através do endereço <https://www.vortal.biz/pt>.
- 3.- No caso de a plataforma eletrónica prevista no número anterior se encontrar indisponível, os documentos da proposta devem ser apresentados através do endereço de correio eletrónico previsto na alínea c) n.º 3 do artigo 1.º do presente programa de procedimento
- 4.- Os interessados devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem.
- 5.- A receção das propostas é registada com referência à data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico de receção.
- 6.- Para efeitos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos, deverá ser observado o disposto nos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, nomeadamente, deverão ser assinados todos os documentos apresentados, independentemente do formato de ficheiro, com certificados de assinatura eletrónica qualificada.
- 7.- No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os Interessados devem proceder à junção de documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

8.- Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, o documento referido na alínea a), do n.º 1, do artigo 12.º (DEUCP), deve ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinado por todos os seus membros ou respetivos representantes.

9.- A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não impede a exigência inscrita no n.º 7 do presente normativo.

10.- A não apresentação de algum dos documentos indicados no artigo 12.º deste programa determina a exclusão da proposta.

V – ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 18.º

(Esclarecimentos e suprimimento de propostas)

1.- O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito de análise e de avaliação das propostas.

2.- Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão.

3.- O júri solicita aos candidatos e concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimimento de irregularidades formais das suas propostas desde que tal suprimimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência nos termos do artigo 72.º do CCP.

4.- Todos os concorrentes serão notificados dos pedidos do júri e das respetivas respostas e de que as mesmas se encontram juntos ao processo.

Artigo 19.º

(Critério de adjudicação)

1.- O critério de adjudicação das propostas é da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de melhor relação qualidade-preço, na qual o critério de adjudicação é composto pelo conjunto de fatores seguintes:

Fator	Ponderação	
Preço	60%	100%
Valia Técnica da Proposta - Qualidade da Equipa Base Proposta	40%	

2.- A metodologia de análise das propostas é a constante do Regulamento de Análise das Propostas que integra o **Anexo VII** ao presente programa.

3.- Concluída a análise das propostas e após a operacionalização do critério de adjudicação, a entidade adjudicante graduá-las-á por ordem decrescente de mérito para efeitos de adjudicação.

4.- Caso se verifique que uma ou mais propostas ficam graduadas na primeira posição na ordenação para efeitos de adjudicação, a diferenciação das propostas efetuar-se-á em função das pontuações atribuídas às propostas no fator preço e, mantendo-se o empate, recorrendo ao fator de valia técnica da proposta, priorizando aquele que tiver maior ponderação.

5.- Se, efetuada a operação indicada no número anterior, o empate persistir, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo júri, com a presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão antecipadamente notificados para o ato público.

6.- A sessão para a realização do sorteio, nos termos do número anterior, será agendada e notificada aos interessados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

7.- O Júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na dita sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.

8.- Para o acordo-quadro serão selecionados 3 (três) cocontratantes, nos termos do critério de adjudicação fixado no presente Programa do Concurso.

Artigo 20.º

(Negociação)

As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 21.º

(Preço anormalmente baixo)

- 1.- Será considerado anormalmente baixo qualquer preço unitário incluído na proposta, que seja 20% (vinte por cento) inferior à média dos preços unitários das propostas a admitir.
- 2.- Caso seja identificado algum preço anormalmente baixo, o júri do procedimento, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 71.º do CCP, solicitará ao(s) concorrente(s) que preste(m) esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativos aos elementos constitutivos relevantes da sua proposta.
- 3.- Nos esclarecimentos a prestar, o(s) concorrente(s) deverá(ão) indicar todos os elementos necessários para que a entidade adjudicante possa analisar as condições de formação do preço apresentado, designadamente os meios humanos afetos ao trabalho, bem como o valor de todos os encargos acessórios à prestação e margens aplicadas para efeitos de administração e lucro, juntando, para tal, toda a documentação comprovativa.
- 4.- A entidade adjudicante não aceitará justificações genéricas e não fundamentadas para a apresentação de preços anormalmente baixos.

Artigo 22.º

(Audiência prévia e adjudicação)

- 1.- A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.
- 2.- Os concorrentes têm 5 (cinco) dias após a notificação do Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas para se pronunciarem sobre o mesmo.
- 3.- Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes poderão, querendo, consultar todo o processo de contratação na sede da entidade adjudicante.

VI – HABILITAÇÃO E CAUÇÃO:

Artigo 23.º

(Requisitos)

São requisitos de habilitação, sob pena de caducidade da adjudicação, a inexistência de qualquer impedimento, nos termos enunciados no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 24.º

(Documentos de habilitação)

1. As três entidades selecionadas – adjudicatárias do procedimento - devem entregar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, sob cominação do prescrito no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, os seguintes documentos de habilitação:
 - a. Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente Convite, do qual faz parte integrante.
 - b. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP.
 - c. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente **a impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.
 - d. Certificado de **registo criminal**, do próprio no caso de pessoas em nome individual, ou **dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência** em efetividade de funções **e da própria pessoa coletiva**, ou documento equivalente, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina "Contratação Pública".
 - e. Cópia da **certidão do registo comercial** ou o código de acesso à certidão permanente ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial.
 - f. Comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, conforme o previsto no número 3 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro, quando for o caso.
 - g. **Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas do adjudicatário ou documento legal certificativo de que é "uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei", considerando o disposto no n.º 9 do artigo 81.º do CCP.**

2.- O prazo para a apresentação dos documentos de habilitação, fixado no número anterior, pode ser prorrogado, por um período não superior a 5 (cinco) dias, por uma única vez, por solicitação expressa do(s) adjudicatário(s) dirigida ao órgão competente para a decisão de contratar.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, caso o(s) adjudicatário(s) se veja(m) impedido(s), por facto a si não imputável, de cumprir(em) de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação, deve(m) invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder(em) à regularização que se imponha.

4.- Fixa-se em 5 (cinco) dias o prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados, para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 132.º do CCP.

5.- Para efeitos de celebração do acordo-quadro, deve ainda o adjudicatário, no prazo indicado no n.º 1, apresentar os documentos seguintes:

- a) Documentos que identifique a pessoa ou pessoas indicadas para a outorga do acordo-quadro, acompanhada de título legitimador caso a mesma não resulte diretamente da certidão a que se reporta a alínea anterior;

6.- No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por agrupamento:

- a) Todos os seus membros têm de apresentar os documentos de habilitação que lhes são aplicáveis, de acordo com o disposto no artigo 84.º do CCP;
- b) Cópia do contrato de constituição da modalidade jurídica de consórcio externo, do qual constem os elementos previstos no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07, nomeadamente, a indicação dos membros do consórcio, o chefe de consórcio, das obrigações do chefe de consórcio, dos deveres dos membros do consórcio e a responsabilidade conjunta das partes;
- c) Cópia da procuração com as funções externas do chefe de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, nos termos do n.º 1, do art.º 14.º do referido Decreto-Lei n.º 231/81, os poderes para este proceder à faturação de todas as prestações executadas no âmbito do contrato, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato, dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações respeitantes ao contrato, quando aplicável.

7.- A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º, deve ocorrer no prazo de 5 dias.

8.- A audiência prévia do adjudicatário relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 5 dias.

Artigo 25.º

(Registo Central de Beneficiário Efetivo)

1. Em simultâneo com a apresentação dos documentos de habilitação, e em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, deverá(ão) o(s) adjudicatário(s) apresentar documento comprovativo de registo no RCBE ou, em alternativa, facultar à Entidade Adjudicante o respetivo código de acesso.

2. Nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, a falta de apresentação do documento enunciado no número anterior impede a celebração do contrato objeto do presente procedimento.

3. O incumprimento da obrigação prevista no número 1 do presente artigo, determina a caducidade da adjudicação nos termos e para os efeitos previstos no artigo 87.º-A do CCP.

Artigo 26.º

(Caução)

1.- Cada adjudicatário garantirá por caução, a prestar nos termos do disposto nos artigos 254.º do Código dos Contratos Públicos, em valor correspondente a € 5.000,00 (cinco mil euros), o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do acordo-quadro.

2.- A caução prevista no número anterior, garantirá igualmente as obrigações constantes dos contratos de prestação de serviços que venham a ser celebrados na sequência do(s) acordo(s)-quadro, para o caso de a caução a prestar(em) para cada um deles se vier(em), porventura, a mostrar insuficiente(s), sem prejuízo do especificamente disposto, a este propósito, no Caderno de Encargos.

3.- Os termos para a prestação da caução constam do Anexo IX ao presente Programa do Procedimento.

VII – CELEBRAÇÃO DO ACORDO-QUADRO

Artigo 27.º

(Minuta do acordo-quadro)

- 1.- A minuta do acordo-quadro será enviada aos adjudicatários nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 100.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2.- A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
- 3.- Este acordo-quadro conformar-se-á com a minuta que integra o Anexo VIII ao presente programa, devidamente integrada pela proposta apresentada pelo adjudicatário.

Artigo 28.º

(Celebração do acordo-quadro)

- 1.- O acordo-quadro será celebrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da aceitação da respetiva minuta, pelo adjudicatário, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2.- O acordo-quadro será celebrado com os três operadores económicos cujas propostas forem graduadas nas três primeiras posições na lista de ordenação das propostas, por aplicação do critério de adjudicação previsto no programa do procedimento, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 3.- O acordo-quadro será celebrado com menos de três entidades se o número de propostas ordenadas for em número inferior.

Artigo 29.º

(Procedimento de contratação ao abrigo do acordo-quadro)

- 1.- A celebração de contratos ao abrigo do acordo-quadro terá como sujeitos as partes que outorgaram o acordo-quadro, não podendo nele estar implicada qualquer outra entidade.
- 2.- Da celebração dos referidos contratos não poderão resultar alterações substanciais das condições consagradas no acordo-quadro, sem prejuízo do disposto no artigo 257.º, n.º 3 do Código dos Contratos Públicos, o que expressamente se ressalva.

3.- A celebração dos contratos de aquisição de serviços de fiscalização, acompanhamento e controlo das empreitadas de obras publicas, obedecerão à disciplina prevista no caderno de encargos, que se conforma com o disposto no artigo 258.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 30.º
(Direito de opção)

1.- Com a celebração do acordo-quadro (contrato de opção), o adjudicatário atribuirá gratuitamente à entidade adjudicante o direito de esta determinar a celebração de múltiplos contratos de fiscalização e controlo de empreitadas de obras públicas (contratos optativos).

2.- Ficará na exclusiva disponibilidade da entidade adjudicante exercer o direito de opção a que se alude no n.º 1 do presente artigo e, com isso, determinar a conclusão dos contratos optativos de aquisição de serviços.

3.- O exercício do direito de opção pela entidade adjudicante, nos termos previstos no caderno de encargos, determina ipso facto a conclusão de cada contrato (optativo) de aquisição de serviços de fiscalização e controlo de empreitadas de obras públicas.

4.- A celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços ao abrigo do acordo-quadro constitui opção unilateral da entidade adjudicante, não ficando, por isso, obrigada à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do Código dos Contratos Públicos.

5.- A Entidade Adjudicante poderá exercer o direito de opção até ao último dia do prazo de vigência dos contratos de acordo-quadro.

Artigo 31.º
(Celebração de contratos ao abrigo do acordo-quadro)

1.- A celebração de contratos ao abrigo do acordo-quadro terá como sujeitos as partes que outorgaram o acordo-quadro, não podendo neles estar implicada qualquer outra entidade.

2.- Da celebração dos referidos contratos não poderão resultar alterações substanciais das condições consagradas no acordo-quadro, sem prejuízo do disposto no artigo 257.º, n.º 3 do Código dos Contratos Públicos, o que expressamente se ressalva.

3.- A celebração dos contratos de aquisição de serviços de fiscalização, acompanhamento e controlo de empreitadas de obras públicas obedecerão à disciplina prevista no Caderno de Encargos, que se conforma com o disposto no artigo 258.º do Código dos Contratos Públicos.

VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32.º

(Comunicações)

- 1.- As comunicações feitas durante a fase de formação ou de execução dos acordos quadro, entre a entidade adjudicante e os interessados, devem ser escritas e efetuadas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
- 2.- As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.
- 3.- Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.
- 4.- As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores e que tenham como destinatário a entidade adjudicante, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Artigo 33.º

(Despesas e encargos)

Todas as despesas e os encargos inerentes à celebração dos acordos quadro são da responsabilidade do respetivo adjudicatário.

Artigo 34.º

(Legislação aplicável)

Em tudo o omissa no presente programa do procedimento, observar-se-á o regime do Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

Artigo 35.º

(Produção de efeitos dos contratos)

1. Nos termos do disposto no artigo 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas), os contratos de valor igual ou superior

a 950.000 €, celebrados por entidades sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, estão sujeitos a fiscalização prévia.

2. Assim, a celebração de contratos por ajuste direto ao abrigo de um acordo-quadro que ainda não tenha sido visado pelo Tribunal de Contas configura uma violação do regime de fiscalização prévia, podendo implicar:
 - A nulidade dos contratos celebrados;
 - A responsabilização financeira dos responsáveis pela sua celebração;
 - A recusa de visto aos contratos subsequentes, por transmissão da invalidade do acordo-quadro.
3. Neste pressuposto considera-se juridicamente necessário aguardar a obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas ao acordo-quadro antes de proceder à celebração de quaisquer contratos ao seu abrigo, ainda que por ajuste direto e de valor inferior ao limiar legal.

IX – ANEXOS AO PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Anexo I – Formulário do documento Europeu de Contratação única

Anexo II – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP

Anexo III – Declaração de intenção de associação jurídica

Anexo IV – Lista de Preços Unitários

Anexo V – Lista das Equipas Técnicas

Anexo VI – Modelo Declaração Técnica

Anexo VII – Regulamento de Análise das Propostas

Anexo VIII – Minuta de acordo-quadro

Anexo IX – Modelos de Prestação de Caução

Despacho:

Aprovo o presente programa de concurso.

Braga, 25 / 09 / 08

O Presidente da Câmara,

(Ricardo Rio)

ANEXO I

Formulário do documento Europeu de Contratação única

1. Nota Prévia

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) disponível em ESPD (<https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>) devendo ser selecionadas as seguintes opções de preenchimento:

- a. "Sou um operador económico";
- b. "Importar um DEUCP";
- c. "Carregar documento" – selecionar o ficheiro "espd-request.xml", disponibilizado pela entidade adjudicante junto das peças procedimentais;
- d. Selecionar o país do concorrente;
- e. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;

Guardar o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado pelo concorrente ou pelo representante que tenha poderes para o obrigar e enviado junto com os restantes documentos da proposta.

ANEXO I.I
MODELO DE DECLARAÇÃO

1.-, (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do **acordo quadro** a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² se obriga a executar o referido acordo quadro, bem como os contratos que ao seu abrigo vierem a ser adjudicados, em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2.- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

3.- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do *Código dos Contratos Públicos*.

4.- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do *Código dos Contratos Públicos*, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

5.- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do *Código dos Contratos Públicos*, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

6.- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do *Código dos Contratos Públicos*, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura³].

³ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - [●] (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹ [●] (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de [●] (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ² não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - A declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados³] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁴ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos⁵.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[●] (local), [●] (data), [●] [assinatura ⁶].

1 Aplicável apenas a adjudicatários que sejam pessoas coletivas;

2 No caso de o adjudicatário ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»;

3 Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso;

4 No caso de o adjudicatário ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»;

5 Não aplicável a adjudicatário que se encontre registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

6 Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE ASSOCIAÇÃO JURÍDICA

[a que se refere o n.º 1 do art. 8.º e a alínea b), do n.º 2 do art. 13.º, do programa do procedimento]

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de² (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

- (...)

entidades que integram o candidato ao³, tendo tomado claro, perfeito e cabal conhecimento dos termos e condições do procedimento declaram, sob compromisso de honra, que:

- 1.- Caso venham a ser qualificados apresentaram, em agrupamento, proposta no âmbito do procedimento e caso lhes venha a ser adjudicado o contrato, objeto do concurso, se constituirão em agrupamento complementar de empresas ou celebrarão contrato de consórcio em regime de responsabilidade solidária passiva;
- 2.- Independentemente do que em contrário se dispuser em qualquer momento no contrato de consórcio ou no instrumento de associação jurídica celebrado entre as entidades que integram o concorrente, todas elas responderão solidariamente pelo bom, perfeito e tempestivo cumprimento das obrigações para elas emergentes do contrato;
- 3.- Qualquer alteração ao regime de responsabilidades das entidades do agrupamento é nula e de nenhum efeito na relação de todas com a entidade adjudicante se não conhecer o prévio acordo escrito desta;
- 4.- Nenhuma das entidades que integram o concorrente poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição jurídica no agrupamento, ou renunciar às suas obrigações, pelo que qualquer alteração na composição do mesmo merecerá a prévia autorização da entidade adjudicante.

..... (local), (data), [assinatura⁴].

1 Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

2 Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

3 Identificação do procedimento

4 Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO IV
LISTA DE PREÇO UNITÁRIOS

[a que se refere a alínea g), do n.º 2 do art. 13.º, do programa do procedimento]

Cod .	Designação	Un.	Qtd.	Preço Unitário
	<i>Os preços unitários devem incluir todos os encargos</i>			
1.	Diretor de Fiscalização	mês	144	
2.	Engenheiro Fiscal de Obra	mês	144	
3.	Engenheiro de Eletrotécnica / Telecomunicações	mês	36	
4.	Engenheiro de AVAC / Ascensores / Equip. Mecânicos / Gás	mês	36	
6.	Coordenador de Segurança e Saúde	mês	72	
5.	Técnico Gestão Ambiental	mês	29	
7.	Topógrafo (+ ajudante porta miras)	mês	6	

ANEXO V
LISTA DA EQUIPA TÉCNICA BASE PROPOSTA

[a que se refere a alínea h), do n.º 2 do art. 13.º, do programa do procedimento]

Função	Diretor de Fiscalização (1)			
Nome				
N.º	Identificação da Obra	Dono de Obra	Valor (s/IVA)	período de Acompanhamento
1				___/___/___ a ___/___/___
2				___/___/___ a ___/___/___
3				___/___/___ a ___/___/___
4				___/___/___ a ___/___/___
...				
TOTAL			- €	

Função	Diretor de Fiscalização (2)			
Nome				
N.º	Identificação da Obra	Dono de Obra	Valor (s/IVA)	Período de Acompanhamento
1				___/___/___ a ___/___/___
2				___/___/___ a ___/___/___
3				___/___/___ a ___/___/___
4				___/___/___ a ___/___/___
...				
TOTAL			- €	

Função	Diretor de Fiscalização (3)			
Nome				
N.º	Identificação da Obra	Dono de Obra	Valor (s/IVA)	Período de Acompanhamento
1				___/___/___ a ___/___/___
2				___/___/___ a ___/___/___
3				___/___/___ a ___/___/___
4				___/___/___ a ___/___/___
...				
TOTAL			- €	

Função	Engenheiro Fiscal de Obra (1)			
Nome				
N.º	Identificação da Obra	Dono de Obra	Valor (s/IVA)	Período de Acompanhamento
1				___/___/___ a ___/___/___
2				___/___/___ a ___/___/___
3				___/___/___ a ___/___/___
4				___/___/___ a ___/___/___
...				
TOTAL			- €	

Função	Engenheiro Fiscal de Obra (2)			
Nome				
N.º	Identificação da Obra	Dono de Obra	Valor (s/IVA)	Período de Acompanhamento
1				___/___/___ a ___/___/___
2				___/___/___ a ___/___/___
3				___/___/___ a ___/___/___
4				___/___/___ a ___/___/___
...				
TOTAL			- €	

Função	Engenheiro Fiscal de Obra (3)			
Nome				
N.º	Identificação da Obra	Dono de Obra	Valor (s/IVA)	Período de Acompanhamento
1				___/___/___ a ___/___/___
2				___/___/___ a ___/___/___
3				___/___/___ a ___/___/___
4				___/___/___ a ___/___/___
...				
TOTAL			- €	

Função	Engenheiro de Eletrotécnica / Telecomunicações (1)			
Nome				
N.º	Identificação da Obra	Dono de Obra	Valor (s/IVA)	Período de Acompanhamento
1				___/___/___ a ___/___/___
2				___/___/___ a ___/___/___
3				___/___/___ a ___/___/___
4				___/___/___ a ___/___/___
...				
TOTAL			- €	

Função	Engenheiro de Eletrotécnica / Telecomunicações (2)			
Nome				
N.º	Identificação da Obra	Dono de Obra	Valor (s/IVA)	Período de Acompanhamento
1				___/___/___ a ___/___/___
2				___/___/___ a ___/___/___
3				___/___/___ a ___/___/___
4				___/___/___ a ___/___/___
...				
TOTAL			- €	

Função	Engenheiro de AVAC / Ascensores / Equip Mecânicos / Gás (1)			
Nome				
N.º	Identificação da Obra	Dono de Obra	Valor (s/IVA)	Período de Acompanhamento
1				___/___/___ a ___/___/___
2				___/___/___ a ___/___/___
3				___/___/___ a ___/___/___
4				___/___/___ a ___/___/___
...				
TOTAL			- €	

Função	Engenheiro de AVAC / Ascensores / Equip Mecânicos / Gás (2)			
Nome				
N.º	Identificação da Obra	Dono de Obra	Valor (s/IVA)	Período de Acompanhamento
1				___/___/___ a ___/___/___
2				___/___/___ a ___/___/___
3				___/___/___ a ___/___/___
4				___/___/___ a ___/___/___
...				
TOTAL			- €	

Função	Coordenador de Segurança em Obra (1)			
Nome				
N.º	Identificação da Obra	Dono de Obra	Valor (s/IVA)	Período de Acompanhamento
1				___/___/___ a ___/___/___
2				___/___/___ a ___/___/___
3				___/___/___ a ___/___/___
4				___/___/___ a ___/___/___
...				
TOTAL			- €	

Função	Coordenador de Segurança em Obra (2)			
Nome				
N.º	Identificação da Obra	Dono de Obra	Valor (s/IVA)	Período de Acompanhamento
1				___/___/___ a ___/___/___
2				___/___/___ a ___/___/___
3				___/___/___ a ___/___/___
4				___/___/___ a ___/___/___
...				
TOTAL			- €	

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO TÉCNICA

[a que se refere a alínea b), n.º 5 do artigo 24.º do programa do procedimento]

.....¹, designado pelo concorrente² ao concurso público para a celebração de acordo-quadro para a prestação dos serviços de fiscalização, acompanhamento e controlo de empreitadas de obras públicas no Município de Braga, para³ declara, pessoalmente e sob compromisso de honra, que caso venha ser adjudicado ao concorrente qualquer prestação de serviços ao abrigo do acordo-quadro, se compromete a executar os serviços que lhe estão designados, nos precisos termos constantes da proposta apresentada.

..... (local), (data), [assinatura].

1 Identificação completa do técnico designado pelo concorrente

2 Identificação do concorrente

3 Identificação das funções para que está designado, da relação constante do artigo 4.º do programa do procedimento

ANEXO VII
REGULAMENTO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS

[a que se refere o n.º 2 do artigo 19.º do programa do concurso]

I.- Disposições Gerais

Artigo 1.º
(Regulamento)

O presente regulamento visa definir o enquadramento procedimental, organizacional e metodológico para a concretização dos trabalhos de análise, avaliação e ordenação das propostas, com vista à formulação de uma proposta de decisão final do procedimento ao órgão competente da entidade adjudicante.

Artigo 2.º
(Objeto do regulamento)

1.- O objeto do presente regulamento serão as propostas apresentadas no âmbito do concurso público para a celebração de acordo-quadro para a prestação dos serviços de fiscalização, acompanhamento e controlo das empreitadas de obras publicas no Município de Braga.

2.- Para efeitos de análise das propostas serão considerados os documentos apresentados pelos concorrentes, sem prejuízo da reserva do júri solicitar esclarecimentos quando tenha fundadas dúvidas interpretativas.

Artigo 3.º
(Júri do Procedimento)

1.- O júri do procedimento procederá à avaliação das propostas e à execução dos demais procedimentos relacionados, e à formulação da recomendação de decisão final do procedimento.

2.- O júri foi designado pelo órgão competente da entidade adjudicante, podendo, porém, este, a todo o tempo, alterar a respetiva composição.

Artigo 4.º
(Consultores e estudos de apoio à decisão)

1.- O júri do procedimento poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos.

2.- As deliberações do júri do procedimento poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

II.- ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 5.º

(Objetivo)

1.- As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas, avaliadas e, em função disso, hierarquizadas por ordem decrescente de mérito.

2.- O mérito das propostas será aferido em função do critério de adjudicação constante do programa do procedimento, o critério da proposta economicamente mais vantajosa, por ponderação dos fatores e subfactores que se indicam de seguida:

Fator	Ponderação	
Preço	60%	100%
Valia técnica - Qualidade da Equipa Base Proposta	40%	

3.- As operações de avaliação respeitarão o disposto no artigo 75.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 6.º

(Fatores)

1.- Cada fator do critério de adjudicação será operacionalizado por intermédio de uma fórmula matemática ou de descritor que quantificará o impacto de cada proposta a ele subsumido.

2.- Os descritores descreverão, com a objetividade possível, os impactes de cada proposta em relação ao fator do critério em questão.

3.- Cada um dos descritores compreenderá diferentes níveis de referência, a que corresponderá uma valia matemática.

4.- As valias relativas de cada uma das propostas, face a cada fator do critério de adjudicação, matematicamente identificadas, serão ponderadas em função do coeficiente determinado no n.º 2 do artigo 5.º do presente regulamento.

Artigo 7.º

(Análise das propostas)

O júri, previamente a qualquer operação de avaliação, analisará as propostas e determinará quais as que se conformam com os documentos normativos do procedimento e com as prescrições legais, consignando a exclusão daqueles cujos vícios ou irregularidades seja suscetíveis de integrar o disposto no n.º 2 do artigo 70.º ou do n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 8.º

(Avaliação das propostas)

- 1.- O júri do Procedimento procederá à leitura e análise das propostas que não devam ser excluídas, subsumindo-as individualmente, relativamente a cada fator ou subfactor do critério de adjudicação, à fórmula matemática ou ao descritor determinado nos artigos seguintes do presente regulamento, apurando o impacte parcial individual de cada proposta.
- 2.- Uma vez determinado o nível de impacte de cada proposta ser-lhe-á fixado a pontuação correspondente ao nível a que a mesma tenha sido subsumida.
- 3.- À pontuação atribuída nos diferentes fatores e subfactores serão aplicados os respetivos coeficientes de ponderação.
- 4.- Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados considerando sempre quatro casas decimais, processando-se o arredondamento da pontuação final do critério de adjudicação até à segunda casa decimal.

Artigo 9.º

(Classificação das propostas)

- 1.- Uma vez determinadas as valias das propostas, o júri ordená-las-á por ordem decrescente de mérito, aferido em função da pontuação obtida pelas mesmas nos diferentes fatores e subfactores do critério de adjudicação.
- 2.- Caso se verifique que uma ou mais propostas ficam graduadas na primeira posição na ordenação para efeitos de adjudicação, a diferenciação das propostas efetuar-se-á em função das pontuações atribuídas às propostas no fator preço e, mantendo-se o empate, recorrendo, de forma sucessiva, aos subfactores, priorizando aquele que tiver maior ponderação.

3.- Se, efetuada a operação indicada no número anterior, o empate persistir, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo júri, com a presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão antecipadamente notificados para o ato público.

4.- A sessão para a realização do sorteio, nos termos do número anterior, será agendada e notificada aos interessados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

5.- O Júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na dita sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.

Artigo 10.º **(Fator «preço»)**

Determinado pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$VFi = \left(1 - \frac{Ppi - 0,01 \text{ €}}{PBi - 0,01 \text{ €}}\right) \times Ppi$$

Em que:

VFi – Valorização da Função

Ppi – Preço Proposto de cada função

PBi – Preço Base de cada função ou máximo de cada função

Ppi – Peso percentual de cada função

$$VP = \frac{\sum VFi}{\sum Ppi}$$

Em que:

VP – Valorização da Proposta

VFi – Valorização da Função

Ppi – Peso percentual de cada função

2.- Para efeitos do disposto no número anterior são de considerar as seguintes ponderações consoante a função:

Diretor de Fiscalização	100%
Engenheiro Fiscal de Obra	100%
Engenheiro de Eletrotecnia / Telecomunicações	30%
Engenheiro de AVAC / Ascensores / Equip. Mecânicos / Gás	30%
Coordenador de Segurança e Saúde	50%
Técnico de Gestão Ambiental	30%
Topógrafo (+ ajudante porta miras)	20%

Artigo 11.º

(Fator «valia técnica»)

1.- O fator valia técnica será preenchido pelo indicado no artigo 12.º do presente regulamento, que participarão, nas percentagens também ali indicadas, para a pontuação final das propostas naquele critério.

2.- Para preenchimento da avaliação da qualidade da equipa de obra, as propostas serão avaliadas tendo em conta a qualidade profissional da equipa de obra proposta.

Artigo 12.º

(Qualidade das equipas de obra)

1.- A análise das propostas em face do fator qualidade da equipa base (3 Diretores de Fiscalização, 3 Engenheiros Fiscais de Obra, 2 Engenheiros de Eletrotecnia / Telecomunicações, 2 Engenheiro de AVAC / Ascensores / Equip. Mecânicos / Gás e 2 Coordenadores de Segurança e Saúde) para afetar será operacionalizada pela subsunção das mesmas aos descritores seguintes:

Descritor	Nº Total de participações em prestações de serviços dos elementos Base da Equipa proposta	Pontuação (%)
Aptidão dos técnicos da equipa proposta, traduzida na experiência acumulada na prestação de serviços de natureza semelhante aos pretendidos contratar	Número Total de obras da Equipa Técnica ≥ 48	100
	Número Total de obras da Equipa Técnica ≥ 36 e < 48	75
	Número Total de obras da Equipa Técnica ≥ 24 e < 36	50
	Número Total de obras da Equipa Técnica ≥ 12 e < 24	25
	Número Total de obras da Equipa Técnica < 12	1

2- As obras enquadráveis nesta avaliação, deverão corresponder a participações dos técnicos, previstos na alínea b) do n.º 5 do artigo 6.º deste programa de procedimento, em prestação de serviços de fiscalização de obras públicas no Espaço Público Europeu (EPE), no período mínimo de 1 ano para cada obra, cujo valor de cada obra seja superior a € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros).

Artigo 13.º
(Pontuação final)

A pontuação final de cada proposta será obtida por aplicação da fórmula seguinte:

$$C = 0,60 \times P + 0,40 \times Q$$

Em que:

C – Representa a “pontuação final de cada proposta”;

Q – Representa a “pontuação no subfactor Qualidade da equipa obra”;

P – Representa a “pontuação do Preço”.

III.- ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS E RECOMENDAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO:

Artigo 14.º
(Relatório Preliminar de Análise e Avaliação de Propostas)

1.- O júri do procedimento, com base nas propostas e na análise que às mesmas tiver realizado, aos estudos que eventualmente tenha colhido ou aos relatórios técnicos realizados, elaborará um relatório fundamentado, que documentará os trabalhos executados, os motivos para a exclusão de quaisquer propostas, a apreciação e o mérito de cada uma delas em face do critério de adjudicação e estabelecerá, com aquele fundamento, a respetiva ordenação por ordem decrescente de mérito.

2.- O Relatório Preliminar deverá ainda conter, a título de fundamentação, uma nota explicativa da metodologia e processo de análise e apreciação aplicados pelo Júri, que não prejudicará o disposto no presente regulamento.

Artigo 15.º
(Audiência prévia)

1.- O júri procederá à realização da audiência prévia escrita aos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 123.º do Código dos Contratos Públicos.

2.- O disposto no presente artigo e no anterior repetir-se-á em caso de necessidade de reformulação do Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas caso se verifique alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 124.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 16.º
(Relatório Final de Análise e Avaliação de Propostas)

Ponderadas as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, se existirem, o júri do procedimento elaborará um Relatório Final de Análise e Avaliação de Propostas, no qual:

- a) Concretizará em versão definitiva o Relatório Preliminar;
- b) Fundamentará os motivos do não acolhimento das críticas movidas em audiência prévia, se tiverem existido;
- c) Procederá à ordenação das propostas; e
- d) Formulará uma recomendação de adjudicação.

ANEXO VIII
MINUTA DO ACORDO-QUADRO

**Prestação dos Serviços Fiscalização, Acompanhamento e Controlo de
Empreitadas de Obras Públicas no Município de Braga**

ACORDO-QUADRO

Entre:

Primeira: Município de Braga, com sede social na Praça do Município, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506 901 173, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, aqui representada por [nome do representante], na qualidade de [função que desempenha], com poderes para obrigar, doravante identificada simplesmente por «contraente público»

e

Segundos:

..., sociedade ..., com o capital social realizado de € ... (extenso), pessoa coletiva n.º ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ... sob o número ..., com sede ..., neste ato representado por ..., na qualidade de ..., com poderes para obrigar, doravante identificada simplesmente por «primeiro cocontratante»

..., sociedade ..., com o capital social realizado de € ... (extenso), pessoa coletiva n.º ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ... sob o número ..., com sede ..., neste ato representado por ..., na qualidade de ..., com poderes para obrigar, doravante identificada simplesmente por «segundo cocontratante»

..., sociedade ..., com o capital social realizado de € ... (extenso), pessoa coletiva n.º ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ... sob o número ..., com sede ..., neste ato representado por ..., na qualidade de ..., com poderes para obrigar, doravante identificada simplesmente por «terceiro cocontratante»

Considerando que:

- a) Por deliberação do [designação do órgão competente], de [dia] de [mês] de [ano], promoveu-se o procedimento de concurso público para a celebração de um acordo-quadro para prestação de serviços de fiscalização, acompanhamento e controlo de empreitadas de obras públicas no Município de Braga.
- b) Por deliberação do [designação do órgão competente], de [dia] de [mês] de [ano], no seguimento do relatório final de análise e avaliação das propostas, adjudicou o acordo quadro objeto do referenciado procedimento;
- c) A minuta do acordo-quadro foi aprovada pela deliberação do [designação do órgão competente], de [dia] de [mês] de [ano].
- d) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do acordo-quadro, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos;

É celebrado o presente acordo-quadro, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.

Artigo 1.º

(Objeto do acordo-quadro)

Pelo presente instrumento, os cocontratantes atribuem ao contraente público o direito de opção concretizado no artigo 2.º do presente acordo-quadro, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 2.º

(Direito de opção)

1.- Com a celebração do acordo-quadro, os cocontratantes atribuem ao contraente público, o direito de esta determinar a celebração de vários contratos de prestação de serviços de fiscalização e controlo de empreitadas de obras públicas promovidas pelo contraente público.

2.- Ficará na exclusiva disponibilidade do contraente público exercer o direito de opção a que alude o n.º 1 do presente artigo e, com isso, determinar a conclusão dos contratos optativos.

3.- O exercício do direito de opção pelo contraente público, determina ipso facto a conclusão dos contratos de prestação de serviços.

4.- A celebração de qualquer contrato de prestação de serviços ao abrigo do acordo-quadro constitui opção unilateral do contraente público, não ficando, por isso, obrigado à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 3.º

(Contratos optativos)

1.- Os contratos de prestação de serviços a celebrar ao abrigo do acordo-quadro terão por objeto a prestação, pelo cocontratante, dos serviços de fiscalização, acompanhamento e controlo de empreitadas, que consubstanciem a execução de empreitadas de obras publicas em edifícios municipais.

2.- O exercício do direito de opção que determinará a conclusão do contrato proceder-se-á por intermédio de procedimento simplificado, nos termos do n.º 2 do artigo 258.º do Código dos Contratos Públicos.

3.- O contraente público exercerá sempre o direito de opção de que é titular relativamente ao primeiro cocontratante, por ser aquele que ofereceu a melhor proposta à luz dos critérios de adjudicação, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

4.- O contraente público poderá preterir o primeiro cocontratante e exercer o direito de opção de que é titular relativamente aos demais cocontratantes caso os cocontratantes que os antecedem na lista de ordenação se encontrem, naquela data, a prestar serviços de fiscalização para a entidade adjudicante em, pelo menos, 3 (três) empreitadas de obras públicas.

Artigo 4.º

(Celebração de contratos ao abrigo do acordo-quadro)

1.- A celebração de contratos ao abrigo do acordo-quadro terá como sujeitos as partes que outorgaram o acordo-quadro, não podendo neles estar implicada qualquer outra entidade.

2.- Da celebração dos referidos contratos não poderão resultar alterações substanciais das condições consagradas no acordo-quadro, sem prejuízo do disposto no artigo 257.º, n.º 3 do Código dos Contratos Públicos, o que expressamente se ressalva.

3.- A celebração dos contratos de prestação de serviços obedecerá à disciplina prevista no Caderno de Encargos, que se conforma com o disposto no artigo 258.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 5.º

(Prazo de vigência do acordo-quadro)

O acordo-quadro será celebrado pelo prazo de 4 (quatro) anos, sem prejuízo da possibilidade do contraente público poder denunciá-lo caso venha a constatar que a manutenção do mesmo já não apresenta virtualidades económicas ou procedimentais que o justifiquem, nos termos previsto no caderno de encargos.

Artigo 6.º

(Preço)

1.- Com a celebração do presente acordo-quadro os cocontratantes atribuem ao contraente público o direito de opção a título gratuito, razão pela qual este instrumento, por si só, não gera para este último, a obrigação de pagar qualquer preço por mor de tal atribuição.

2.- O preço de cada prestação de serviços em concreto será apurado por aplicação do somatório dos preços unitários oferecidos na proposta adjudicada às quantidades/tipo/função dos serviços a prestar

3.- Considera-se que o preço proposto pelos cocontratantes, liquidado em concreto por referência a cada contrato de empreitada, cobre todos os encargos inerentes à respetiva prestação dos serviços, incluindo os decorrentes de diligências necessárias, de tarefas acessórias e auxiliares, de eventuais condicionamentos, e ainda todos os trabalhos, serviços e fornecimentos, direta ou indiretamente relacionados com a natureza dos serviços.

Artigo 7.º

(Caução)

1.- Os cocontratantes prestaram caução, na modalidade ..., no montante de € 5.000,00 (cinco mil euros), para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do acordo-quadro e, simultaneamente, com a celebração de todos os contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro.

2.- A caução manter-se-á válida até ao termo de vigência do acordo-quadro e até que o contraente público declare por escrito a cessação de todas as obrigações assumidas pelo adjudicatário.

3.- O contraente público, pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, no caso de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré contratuais do cocontratante.

Artigo 8.º
(Denúncia)

1.- Cumpridos que estejam 6 (seis) meses de vigência, o contraente público, poderá livremente denunciar o acordo-quadro, mediante notificação escrita dirigida aos cocontratantes com a antecedência de 15 (quinze) dias contados da data pretendida para a cessação de efeitos.

2.- Com a cessação de efeitos do acordo-quadro, o contraente público, poderá, querendo, promover a celebração de um novo instrumento contratual de conteúdo semelhante.

Cláusula 9.ª
(Cessão da posição contratual)

1. - A cessão da posição contratual por parte de algum dos cocontratantes, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, depende de autorização prévia escrita por parte do contraente público e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código.

2. - A apresentação, por parte de algum dos cocontratantes, do pedido de autorização do contraente público / do pedido de autorização de cessão de posição contratual, não suspende a normal execução do acordo-quadro, permanecendo o cocontratante integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais.

3. - O contraente público autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade.

4.- Caso o contraente público não emita autorização prévia escrita para a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida.

5.- A cessão de posição contratual pelo contraente público produzir-se-á por notificação dirigida ao cocontratante, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 10.º
(Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante)

1.- O contraente público pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos, impor aos cocontratantes a cessão, por este, das respetivas posições no acordo-quadro, em caso de incumprimento, por este, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do acordo-quadro.

2.- A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data indicada por este.

3.- A cessão da posição contratual nos termos do presente artigo determinará, automaticamente, a cessão de posição contratual nos contratos optativos celebrados ao abrigo do acordo-quadro, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

4.- Por razões de interesse público, o contraente público pode optar por não transmitir para o cessionário algum ou alguns dos contratos optativos que estejam em execução aquando a cessão da posição contratual prevista no presente artigo.

Artigo 11.º

(Comunicações e notificações)

1.- As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do acordo-quadro bem como dos contratos celebrados ao abrigo daquele, entre o contraente público e cada um dos cocontratantes, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2.- Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, os, aqui, outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:

a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: [e-mail do dono de obra]

b) As segundas outorgantes e aqui fiscalização:

a. Primeiro cocontratante: [e-mail do primeiro cocontratante]

b. Segundo cocontratante: [e-mail do segundo cocontratante]

c. Terceiro cocontratante: [e-mail do terceiro cocontratante]

3.- As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.

4.- Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.

5.- As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Artigo 12.º

(Gestor do acordo-quadro)

1.- O contraente público designa, [identificação do gestor de contrato], como gestor do presente acordo-quadro, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2.- Fica reservado ao órgão decisor do contraente público a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato.

Artigo 13.º

(Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais)

1.- Os cocontratantes obrigam-se, durante a vigência do acordo-quadro e dos contratos optativos de aquisição de serviços celebrados ao abrigo daquele, e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo contraente público ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2.- Os dados pessoais a que os cocontratantes tenham acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público, ao abrigo do instrumento contratual, serão tratados em estrita observância das regras e normas do contraente público.

3.- Os cocontratantes comprometem-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público, ao abrigo do acordo-quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo contraente público.

4.- No caso em que os cocontratantes sejam autorizados pelo contraente público a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5.- Os cocontratantes obrigam-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e na demais legislação aplicável, em particular o Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o prestador de serviços celebre com outras entidades por si subcontratadas.

6.- Os cocontratantes obrigam-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente pública única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;
- b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o contraente público esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do contraente público contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) Prestar ao contraente público toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o contraente público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7.- Os cocontratantes serão responsáveis por qualquer prejuízo em que o contraente público venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no instrumento contratual.

8.- Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao cocontratante, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o *cocontratante* e o referido colaborador.

9.- A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação de qualquer um dos instrumentos contratuais celebrados, independentemente do motivo porque ocorra.

Artigo 14.º

(Invalidade parcial)

Se alguma das disposições deste acordo-quadro vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor.

Artigo 15.º

(Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, nos termos do disposto no DL n.º 174/2019, de 13 de dezembro, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 16.º

(Despesas do acordo-quadro)

1.- Todas as despesas com a celebração do presente acordo-quadro serão da responsabilidade do cocontratante.

2.- Constituem encargo do cocontratante as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos.

Artigo 17.º

(Produção de efeitos)

O presente Acordo-Quadro para a Prestação de Serviços de Fiscalização, Acompanhamento e Controlo de Empreitadas de Obras Públicas no Município de Braga produzirá efeitos jurídicos a partir da data da última assinatura aposta pelas partes contratantes, a qual constitui condição de eficácia do mesmo.

Sem prejuízo da sua eficácia, a execução material do Acordo-Quadro, nomeadamente o início da prestação dos serviços contratados, está condicionada à obtenção do Visto do Tribunal de Contas, nos termos legalmente aplicáveis, não podendo ser praticados quaisquer atos de execução contratual antes da sua concessão

Em tudo o que não esteja integralmente transcrito no presente contrato considera-se parte integrante deste, as demais cláusulas do caderno de encargos, a proposta adjudicada, e demais informação conforme disposto no n.º 2 do art.º 96º do Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável.

E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar, que vai ser assinado por ambos os outorgantes por certificado de assinatura digital qualificada, nos termos do artigo 94º, nº1 do Código dos Contratos Públicos.

Pelo contraente público,

(...)

Pelo primeiro cocontratante,

(...)

Pelo segundo cocontratante,

(...)

Pelo terceiro cocontratante,

(...)

ANEXO IX
MODELOS DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

Modelo de caução - seguro caução

A companhia de seguros ..., com sede em ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de ...¹ e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com ... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de 5.000,00€, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a ...² vai outorgar e que tem por objeto a ..., regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia no dia útil seguinte à primeira solicitação da ...³ sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor às ... quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

Data.

Assinaturas.

1 identificação da entidade adjudicante

2 identificação da entidade adjudicante

3 identificação da entidade adjudicante

Modelo de caução - garantia bancária

O Banco ..., com sede em ..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de ...¹, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de 5000,00€, destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a...² vai outorgar e que tem por objeto a ..., regulado nos termos da legislação aplicável, designadamente o Código dos Contratos Públicos.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da ...³, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável, mais concretamente o Código dos Contratos Públicos.

Data.

Assinaturas.

1 Identificação da entidade adjudicante

2 Identificação da entidade adjudicante

3 Identificação da entidade adjudicante

Modelo de Guia de Depósito para garantia das obrigações do adjudicatário

(n.º 2 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos)

€ _____, ____

Vai [identificação completa do adjudicatário], com sede em [endereço], depositar na [sede, filial ou delegação] da [instituição bancária] a quantia de [por extenso] em dinheiro/representada por títulos (1), como caução exigida no âmbito do [identificar procedimento], nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem de [entidade adjudicante], com sede em [endereço], a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Local], [data]

Assinatura(s)_____.

1 Escolher uma opção

**CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO-QUADRO
PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DE EMPREITADAS DE OBRAS
PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE BRAGA**

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

Título 1 – Disposições aplicáveis ao acordo-quadro	5
Capítulo I – Disposições gerais do acordo-quadro	5
Cláusula 1.ª (Objeto)	5
Cláusula 2.ª (Lotes)	5
Cláusula 3.ª (Disposições por que se rege o acordo-quadro)	5
Cláusula 4.ª (Valor do acordo quadro)	7
Cláusula 5.ª (Interpretação dos documentos que regem o acordo-quadro)	7
Cláusula 6.ª (Prazo de vigência do acordo-quadro)	7
Cláusula 7.ª (Sujeitos)	8
Cláusula 8.ª (Direito de opção)	8
Cláusula 9.ª (Número de opções)	9
Cláusula 10.ª (Preço)	9
Cláusula 11.ª (Meios humanos)	9
Cláusula 12.ª (Obrigações gerais dos cocontratantes)	11
Cláusula 13.ª (Multa contratual)	12
Cláusula 14.ª (Responsabilidades)	12
Cláusula 15.ª (Cessão da posição contratual)	13
Cláusula 16.ª (Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante)	13
Cláusula 17.ª (Resolução do acordo-quadro)	14
Cláusula 18.ª (Seguros)	16
Capítulo II – Disposições finais relativas ao acordo-quadro	16
Cláusula 19.ª (Deveres de informação)	16
Cláusula 20.ª (Força maior)	17
Cláusula 21.ª (Gestor do contrato)	17
Cláusula 22.ª (Caução)	18
Cláusula 23.ª (Liberação da caução)	18
Cláusula 24.ª (Execução da caução)	19
Cláusula 25.ª (Revisão de preços)	19
Cláusula 26.ª (Subcontratação)	19
Cláusula 27.ª (Confidencialidade e proteção de dados pessoais)	20
Cláusula 28.ª (Cessão de créditos)	21
Cláusula 29.ª (Comunicações e notificações)	22
Cláusula 30.ª (Obrigações complementares)	22
Cláusula 31.ª (Contagem dos prazos)	23
Cláusula 32.ª (Legislação aplicável)	23
Cláusula 33.ª (Foro competente)	23
Cláusula 34.ª (Produção de efeitos)	23

Título 2 – Disposições aplicáveis aos contratos optativos	24
Capítulo III – Procedimento de adjudicação ao abrigo do acordo-quadro	24
Cláusula 35. ^a (Natureza dos contratos optativos)	24
Cláusula 36. ^a (Procedimento de adjudicação)	24
Cláusula 37. ^a (Prazo dos contratos optativos)	26
Cláusula 38. ^a (Preço contratual dos contratos optativos)	26
Cláusula 39. ^a (Condições de pagamento)	27
Cláusula 40. ^a (Revisão de preços)	28
Cláusula 41. ^a (Celebração dos contratos optativos)	28
Cláusula 42. ^a (Sanções contratuais pecuniárias)	29
Cláusula 43. ^a (Resolução pelo contraente público)	30
Capítulo IV – Condições de execução da prestação de serviços	32
Cláusula 44. ^a (Execução contratual)	32
Cláusula 45. ^a (Mandato conferido pelo contraente público)	32
Cláusula 46. ^a (Obrigações principais do cocontratante)	33
Cláusula 47. ^a (Obrigações acessórias do cocontratante)	34
Cláusula 48. ^a (Trabalhadores afetos à prestação de serviços)	35
Cláusula 49. ^a (Função da Fiscalização)	36
Cláusula 50. ^a (Âmbito dos Serviços)	38
Cláusula 51. ^a (Forma de prestação do serviço)	43
Cláusula 52. ^a (Intervenientes na obra)	43
Cláusula 53. ^a (Meios da fiscalização)	44
Cláusula 54. ^a (Organização de meios)	44
Cláusula 55. ^a (Fases da prestação de serviços)	45
Cláusula 56. ^a (Acompanhamento da execução)	46
Cláusula 57. ^a (Receção dos elementos a produzir ao abrigo dos contratos)	47
Cláusula 58. ^a (Mobilização de meios humanos)	47
Cláusula 59. ^a (Equipa de fiscalização)	48
Cláusula 60. ^a (Diretor de fiscalização)	49
Cláusula 61. ^a (Pessoal)	49
Cláusula 62. ^a (Meios materiais)	50
Cláusula 63. ^a (Seguros)	50
Cláusula 64. ^a (Notificações)	51
Cláusula 65. ^a (Incumprimento de ordem)	52
Cláusula 66. ^a (Defeitos de execução da obra)	52
Cláusula 67. ^a (Acompanhamento da empreitada)	52
Cláusula 68. ^a (Balizamento da empreitada)	53
Cláusula 69. ^a (Atraso no cumprimento do plano de trabalhos)	53
Cláusula 70. ^a (Vistoria no termo do prazo contratual)	54

Cláusula 71. ^a (Multas por violação dos prazos contratuais)	54
Cláusula 72. ^a (Relatório final e compilação técnica)	55
Cláusula 73. ^a (Garantia da obra)	55
Cláusula 74. ^a (Coordenação de segurança e saúde)	56

Título 1 – Disposições aplicáveis ao acordo-quadro

Capítulo I – Disposições gerais do acordo-quadro

Cláusula 1.^a

(Objeto)

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no acordo-quadro a celebrar nos termos e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sequência do procedimento de concurso público com publicidade internacional.
2. O acordo-quadro, que se materializa em contratos de opção, será outorgado com um número máximo de 3 (três) entidades, cujas propostas vierem a ser graduadas nas três primeiras posições na lista de ordenação das propostas, por aplicação do critério de adjudicação previsto no programa do procedimento e terá por objeto a atribuição ao contraente público, do direito de vir a celebrar, com os respetivos adjudicatários, múltiplos contratos (optativos) de prestação de serviços de fiscalização, acompanhamento e controlo de obras públicas, nos termos do disposto na alínea h) do n.º 1, do artigo 27.º do CCP.
3. O presente Caderno de Encargos compreende, também, as cláusulas a incluir nos contratos de prestação de serviços que venham a ser celebrados ao abrigo dos acordo-quadro.
4. Em caso algum o contraente público fica obrigado a celebrar contratos ao abrigo dos acordo-quadro, não lhe sendo exigível o recurso aos mesmos para a aquisição de serviços cujo objeto seja igual, semelhante ou diferente dos previstos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

(Lotes)

Não se aplica a adjudicação por lotes.

Cláusula 3.^a

(Disposições por que se rege o acordo-quadro)

1. A execução de cada contrato obedece:

- a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos) na sua redação atualizada;
 - c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro e respetiva legislação complementar aplicável em vigor;
 - d) A Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho (qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis);
 - e) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato, fazendo dele parte integrante para todos os efeitos, os seguintes documentos:
- a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo empreiteiro nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
 - b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - d) O caderno de encargos;
 - e) As propostas apresentadas pelas entidades selecionadas;
 - f) Os esclarecimentos sobre as propostas;
 - g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

Cláusula 4.ª

(Valor do acordo quadro)

1. Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 17.º do Código dos Contratos Públicos, fixa-se o valor do acordo-quadro no montante de € 1.864.900,00 (um milhão, oitocentos e sessenta e quatro mil e novecentos euros).
2. O valor indicado no número anterior correspondendo ao valor máximo acumulado de todos os contratos previstos como possíveis a serem celebrados em concretização do acordo quadro, fixando-se também nesse montante o preço base do procedimento, interpretando-se esta referência como o montante máximo da despesa que a entidade adjudicante admite realizar ao abrigo do acordo-quadro, por consideração do somatório do preço contratual dos diferentes contratos que antecipa celebrar.

Cláusula 5.ª

(Interpretação dos documentos que regem o acordo-quadro)

1. No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas do n.º 2 da cláusula 3.ª do presente caderno de encargos, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 da cláusula 3.ª do presente caderno de encargos e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo empreiteiro nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo código.
3. Consideram-se não escritos os termos e condições constantes da proposta não admitidas por este caderno de encargos e que possam não ter sido detetadas em fase de formação do contrato.

Cláusula 6.ª

(Prazo de vigência do acordo-quadro)

1. O acordo-quadro será celebrado pelo prazo de 4 (quatro) anos, sem prejuízo da possibilidade de o contraente público poder denunciá-los, nos termos do artigo 8.º do programa de concurso.
2. O contraente público poderá exercer o direito de opção até ao último dia do prazo de vigência do acordo-quadro.

3. O acordo-quadro caducará imediatamente após a celebração do contrato optativo cujo preço contratual, acumulado com o preço dos contratos já celebrados, atinja o valor fixado na cláusula 4.^a do presente caderno de encargos.
4. O cálculo indicado no número anterior considerará o somatório dos preços contratuais, nos termos previstos no artigo 97.º do Código dos Contratos Públicos, independentemente do cocontratante.
5. Com a cessação de efeitos do acordo-quadro, o contraente público poderá, querendo, promover a celebração de novo instrumento contratual de conteúdo semelhante.

Cláusula 7.^a

(Sujeitos)

1. O acordo-quadro será outorgado entre o contraente público e os cocontratantes sobre cujas propostas tenha recaído a decisão de adjudicação.
2. As empresas de cada concorrente, no caso de este ser composto por mais do que uma entidade, associar-se-ão, obrigatoriamente antes da celebração do acordo-quadro, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou de consórcio externo, conforme for sua opção, mas sempre em regime de responsabilidade solidária passiva.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o contraente público poderá consagrar diretamente no título contratual a responsabilidade solidária passiva das várias entidades que integrem cada adjudicatário quando, para efeitos do disposto no número anterior, a modalidade de associação escolhida não implique a criação de uma entidade com personalidade jurídica.

Cláusula 8.^a

(Direito de opção)

1. Com a celebração de cada acordo-quadro (contrato de opção), o respetivo adjudicatário atribuirá ao contraente público, o direito de vir a celebrar vários contratos de prestação de serviços (contratos optativos), ao abrigo do procedimento previsto no artigo 258.º, n.º 1 do CCP.
2. Os contratos optativos terão por objeto a prestação dos referidos serviços, mediante a afetação dos meios humanos constantes da Lista de Preços Unitários constante no Anexo IV ao Programa de Procedimento.

3. Ficará na exclusiva disponibilidade do contraente público exercer o direito de opção a que alude o n.º 1 da presente cláusula e, com isso, determinar a adjudicação dos contratos de prestação de serviços optativos.
4. A celebração de qualquer contrato de prestação de serviços ao abrigo do acordo-quadro constitui opção unilateral do contraente público, não ficando, por isso, este obrigado à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 9.ª
(Número de opções)

1. O contraente público poderá, ao abrigo do acordo-quadro, adjudicar múltiplos e simultâneos serviços de fiscalização, em função das necessidades que se vierem a suscitar.
2. Para o acordo-quadro serão selecionados 3 (três) cocontratantes, nos termos do critério de adjudicação fixado no Programa do Concurso.

Cláusula 10.ª
(Preço)

1. Com a celebração do acordo-quadro, o adjudicatário atribuirá ao contraente público, o direito previsto na cláusula 8.ª a título gratuito, razão pela qual o acordo-quadro, por si só, não gerará para o contraente público, a obrigação de pagar qualquer preço por mora de tal atribuição, nem o reconhecimento de qualquer benefício económico, direto ou indireto, seja a que título for.
2. Os preços unitários serão os oferecidos pelos cocontratantes nas respetivas propostas e incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Cláusula 11.ª
(Meios humanos)

1. A mobilização e seleção de meios humanos necessários à execução de cada prestação de serviços é da exclusiva responsabilidade do cocontratante, sendo exigido a todos eles o domínio do português, falado e escrito.
2. A constituição das equipas de pessoal do cocontratante a afetar a cada prestação de serviços será a que melhor se adapte às necessidades do desenvolvimento dos serviços a prestar, integrando as funções necessárias e em conformidade com a disciplina que integra o acordo-quadro.
3. O cocontratante deverá, durante o período de vigência do acordo-quadro, manter afetos ao cumprimento das obrigações dele emergentes os seguintes meios humanos:

Função	Número Mínimo	Tempo de Experiência	Habilitações Mínimas
Diretor de Fiscalização	3	Mínimo de 10 anos de experiência em funções de fiscalização de obras	Engenheiro Civil / Engenheiro Técnico Civil
Engenheiro Fiscal de Obra	3	Mínimo de 5 anos de experiência em funções de fiscalização de obras	Engenheiro Civil / Engenheiro Técnico Civil
Engenheiro de Eletrotecnia / Telecomunicações	2	Mínimo de 5 anos de experiência em funções de fiscalização de obras	Engenheiro Eletrotécnico / Engenheiro Técnico Eletrotécnico
Engenheiro de AVAC / Ascensores / Equip. Mecânicos / Gás	2	Mínimo de 5 anos de experiência em funções de fiscalização de obras	Engenheiro Mecânico / Engenheiro Técnico Mecânico
Coordenador de Segurança e Saúde / Ambiente	2	Mínimo de 5 anos de experiência em funções de coordenação de segurança em obra	Licenciatura e CAP Técnico Superior de Segurança no Trabalho – Nível 6 (válido)
Técnico Gestão Ambiental	1	Mínimo de 5 anos de experiência em funções de acompanhamento ambiental em obra	Engenharia do Ambiente / Ciências do Ambiente (ou áreas equivalentes)

Função	Número Mínimo	Tempo de Experiência	Habilitações Mínimas
Topógrafo (+ ajudante porta miras)	1	Mínimo de 5 anos de experiência em trabalhos de topografia	12.º ano escolaridade + (formação específica)

4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o cocontratante obriga-se a afetar a cada uma das prestações de serviços, equipas cujos elementos detenham exatamente a mesma experiência técnica dos elementos apresentados em fase de apresentação de propostas, sobre os quais incidiu a respetiva avaliação técnica.

Cláusula 12.ª

(Obrigações gerais dos cocontratantes)

Constituem obrigações dos adjudicatários outorgantes de cada acordo-quadro:

- Garantir que não se encontra nas situações previstas nas alíneas a), b), d), e), e h), do n.º 1, do artigo 55.º, do Código dos Contratos Públicos, durante todo o período de vigência do acordo-quadro, sob pena de resolução do mesmo, nos termos da cláusula 17.ª, sem prejuízo do previsto no artigo 325.º do Código dos Contratos Públicos;
- A manutenção dos preços apresentados na proposta durante toda a execução do acordo-quadro;
- Apresentarem propostas a todas as consultas e pedidos de orçamento efetuados no âmbito do acordo-quadro;
- Cumprir perfeita e pontualmente os contratos de prestação de serviços que lhes vierem a ser adjudicados ao abrigo do acordo-quadro;
- Comunicar, antecipadamente, ao contraente público os factos que tornem total ou parcialmente impossível prestação dos serviços adjudicados ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- Não alterar as condições de execução contratual fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
- Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de prestação de serviços, bem como fornecer todos os esclarecimentos que se justifiquem de acordo com as circunstâncias;

- h) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do acordo-quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo e que altere, designadamente, a sua denominação social, representantes legais, situação jurídica ou comercial;
- i) Prestar os serviços que lhe vierem a ser adjudicados com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- j) Não divulgar ou comunicar a terceiros, sem expresse consentimento do contraente público qualquer informação recebida deste, bem como elementos, estudos ou resultados relacionados com o objeto do acordo-quadro;
- k) Sujeitar-se à ação fiscalizadora do contraente público ou dos seus representantes;
- l) Prestar todos os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pelo contraente público.

Cláusula 13.ª
(Multa contratual)

1. Em caso de incumprimento de alguma das obrigações previstas no presente Caderno de Encargos, por facto imputável ao cocontratante, o contraente público pode aplicar uma sanção contratual de acordo com a cláusula 43.º deste caderno de encargos, por cada infração.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
3. A liquidação do valor das sanções contratuais ocorrerá pela execução das cauções e/ou retenções prestadas a favor do contraente público.
4. Caso as cauções/retenções prestadas pelo cocontratante não assegurem o ressarcimento do contraente público, ditado pela aplicação de cláusula penal prevista no presente normativo, poderá este proceder à compensação daquele seu crédito com qualquer outro que sobre ele tenha o cocontratante, nos termos do disposto no artigo 847.º do Código Civil.

Cláusula 14.ª
(Responsabilidades)

1. O cocontratante responderá perante o contraente público por todos os danos, direta ou indiretamente, emergentes dos serviços prestados, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais.
2. Do mesmo modo, o cocontratante responderá por todos os danos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito das prestações de serviços adjudicadas ao abrigo do acordo-quadro, para eles exerçam funções, seja em que regime jurídico for.
3. Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por danos causados a terceiros pelo cocontratante, em execução das prestações de serviços, este último indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a título for.

Cláusula 15.^a

(Cessão da posição contratual)

1. A cessão da posição contratual por parte do cocontratante, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, depende de autorização prévia escrita por parte do contraente público e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código.
2. A apresentação, por parte do cocontratante, do pedido de autorização do contraente público não suspende a normal execução do acordo-quadro, permanecendo o cocontratante integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais.
3. O contraente público autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade.
4. Caso o contraente público não emita autorização prévia escrita para a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida.
5. A cessão de posição contratual pelo contraente público produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.^a

(Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante)

1. O acordo-quadro consagrará a prerrogativa de autoridade do contraente público, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos, de impor ao respetivo cocontratante a cessão, por este, da sua posição no acordo-quadro, em caso de incumprimento, por este, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do acordo-quadro.
2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data indicada por este.
3. A cessão da posição contratual nos termos da presente cláusula determinará, automaticamente, a cessão de posição contratual nos contratos optativos celebrados ao abrigo do acordo-quadro, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
4. Por razões de interesse público, o contraente público pode optar por não transmitir para o cessionário a algum ou alguns dos contratos optativos que estejam em execução aquando da cessão da posição contratual prevista na presente cláusula.

Cláusula 17.ª
(Resolução do acordo-quadro)

1. O incumprimento pelo cocontratante das obrigações que sobre ele impendem, fixadas no acordo-quadro ou nos contratos celebrados ao seu abrigo, confere ao contraente público, o direito à resolução do acordo-quadro, sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, considera-se existir incumprimento definitivo para efeitos do disposto no número anterior quando, designadamente, se verifique uma das seguintes situações:
 - a) Incumprimento da obrigação prevista na cláusula 12.ª, alínea a), que impossibilite a habilitação do cocontratante, mesmo após cumprimento do procedimento previsto no artigo 325.º, do Código dos Contratos Públicos.
 - b) Incumprimento definitivo do acordo-quadro ou de algum dos contratos celebrados ao seu abrigo, por facto imputável ao adjudicatário;
 - c) O incumprimento do prazo para a outorga de qualquer contrato de prestação de serviços (optativo), sem qualquer justificação aceite pelo contraente público;
 - d) Não mobilização imediata de todos os meios humanos para a execução de alguma prestação de serviços, nos termos prescritos no presente Caderno de Encargos;

- e) Inobservância das regras procedimentais inerentes à adjudicação de qualquer serviço, tal como as mesmas se encontram definidas no presente Caderno de Encargos;
 - f) Não execução da totalidade ou de parte dos serviços adjudicados;
 - g) O incumprimento, por parte do adjudicatário, em sede de execução dos contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - h) Deturpação, omissão ou falsificação de relatórios ou informações prestadas ao contraente público;
 - i) Incumprimento, de forma grave ou reiterada, do disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho.
3. O exercício do direito de resolução previsto no n.º 1 da presente cláusula terá lugar mediante notificação a dirigir ao empreiteiro, da qual constem os motivos que fundamentam o incumprimento.
4. Em caso de resolução com fundamento em incumprimento culposo do cocontratante, constituir-se-á este na obrigação de indemnizar o contraente público pelos prejuízos sofridos, em montante que se pré liquida em montante correspondente ao dobro do preço contratual fixado para a prestação de serviços em causa.
5. Havendo lugar à responsabilidade do empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas ao abrigo de qualquer contrato celebrado ao abrigo do acordo-quadro, sem prejuízo do contraente público poder executar a caução prestada a seu favor.
6. Caso a caução prestada pelo adjudicatário não assegure o ressarcimento da entidade adjudicante, ditado pela aplicação do n.º 4 do presente normativo, poderá o contraente público proceder à compensação daquele seu crédito com qualquer outro que sobre ele tenha o adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 847.º do Código Civil.
7. A indemnização prevista no n.º 4 será cumulada com a que terá eventualmente lugar e decorrente do incumprimento do contrato de prestação de serviços.
8. O disposto nos números precedentes não obsta a que o contraente público exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada.

Cláusula 18.^a

(Seguros)

1. O cocontratante e os seus eventuais subcontratados, obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas neste Caderno de Encargos e na legislação aplicável, devendo exibir cópia das mesmas, bem como do recibo de pagamento dos respetivos prémios, na data de início da execução dos contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro.
2. O contraente público pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices e dos recibos de pagamento dos prémios dos seguros previstos no presente caderno de encargos e/ou na legislação aplicável, não sendo admitida a execução dos contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro sem a exibição destes documentos.
3. Todas as apólices de seguros e respetivas franquias previstas constituem encargos únicos e exclusivos do cocontratante e dos seus eventuais subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
4. Os seguros previstos no presente Caderno de Encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do cocontratante.
5. Em caso de incumprimento por parte do cocontratante das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros previstos no presente Caderno de Encargos, o contraente público reserva-se no direito de se substituir àqueles, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou que tenha suportado.
6. O cocontratante obriga-se a manter as apólices de seguro válidas até à data da conclusão do contrato, nos casos aplicáveis, ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares que em cada momento estejam afetos à execução do contrato, até à data em que deixem de o estar.

Capítulo II – Disposições finais relativas ao acordo-quadro

Cláusula 19.^a

(Deveres de informação)

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do acordo-quadro, de acordo com as regras gerais da boa-fé.

2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 10 (dez) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 20.ª

(Força maior)

1. Não constituem causas de força maior, designadamente:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que estes se integrem, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
2. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 21.ª

(Gestor do contrato)

1. O contraente público designará um seu colaborador como gestor do acordo-quadro, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, ficando reservado ao órgão decisor do contraente público a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitantes à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato.
2. Aquando da decisão de adjudicação de cada um dos contratos optativos será nomeado o respetivo gestor do contrato.

Cláusula 22.ª

(Caução)

1. Cada adjudicatário garantirá por caução, nos termos do disposto no artigo 254.º do Código dos Contratos Públicos, em valor correspondente a **€ 5.000,00** (cinco mil euros), as obrigações emergentes de cada acordo-quadro que outorgar.
2. A caução prevista no número anterior garantirá igualmente as obrigações constantes dos contratos de prestação de serviços que venham a ser celebrados ao abrigo do acordo-quadro.
3. A caução manter-se-á válida até ao termo do prazo de vigência do acordo-quadro.
4. O contraente público pode considerar integralmente perdida a seu favor a caução prestada por qualquer adjudicatário em caso de resolução sancionatória do acordo-quadro, nos termos previstos na cláusula 44.ª do presente caderno de encargos.
5. A entidade garante obrigar-se-á a entregar imediatamente, à primeira solicitação, ao contraente público as importâncias que este solicite, por escrito, até ao valor da caução, não podendo escusar-se a fazê-lo sob qualquer pretexto ou fundamento.
6. A caução manter-se-á válida até que o contraente público declare por escrito a cessação de todas as obrigações assumidas pelo adjudicatário.

Cláusula 23.ª

(Liberação da caução)

1. No prazo de 30 (trinta) dias contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais impostas pelo acordo-quadro e pelos contratos celebrados ao seu abrigo, o contraente público promoverá a liberação da caução a que se refere o artigo anterior.

2. A liberação da caução, pelo contraente público será precedida de uma notificação do adjudicatário declarando estarem cumpridas todas as respectivas obrigações contratuais.

Cláusula 24.^a

(Execução da caução)

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do acordo-quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo pelo cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos nos contratos ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores, constitui o cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 8 (oito) dias após a notificação do Contraente público para esse efeito.

Cláusula 25.^a

(Revisão de preços)

Não há lugar à revisão do preço contratualmente fixado.

Cláusula 26.^a

(Subcontratação)

1. A subcontratação, por parte do cocontratante, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, depende de autorização prévia escrita por parte do contraente público e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código.
2. A autorização à subcontratação pelo cocontratante na fase de execução do contrato rege-se pelo disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 27.ª

(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)

1. O cocontratante obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo contraente público ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que o cocontratante tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do contraente público.
3. O cocontratante compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo contraente público.
4. No caso em que o cocontratante seja autorizado pelo contraente público a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
5. O cocontratante obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e na demais legislação aplicável, em particular o Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o cocontratante celebre com outras entidades por si subcontratadas.
6. O cocontratante obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;
 - b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;

- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantido o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o contraente público esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do contraente público contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
 - f) Prestar ao contraente público toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o contraente público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
 - g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.
7. O cocontratante será responsável por qualquer prejuízo em que o contraente público venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao cocontratante, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o cocontratante e o referido colaborador.
9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

Cláusula 28.^a
(Cessão de créditos)

1. O cocontratante não pode ceder ou dar como garantia os contratos de prestação de serviços ou qualquer dos direitos ou obrigações neles estipulados, designadamente, totalidade ou parte dos créditos emergentes dos contratos sem prévio acordo escrito do contraente público, nos termos do disposto nos artigos 577.º e seguintes do Código Civil.
2. Em caso de incumprimento do previsto na presente Cláusula, além de ser considerada uma violação grave do contrato, o contraente público pode aplicar ao cocontratante, sanção contratual, no valor de 500,00 € (quinhentos euros), por cada violação, isto é, por cada cessão de créditos efetuada.

Cláusula 29.ª

(Comunicações e notificações)

1. As notificações, informações e comunicações a realizar ao abrigo do acordo-quadro devem ser efetuadas com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução, entre o contraente público e o cocontratante, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos.
3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.
4. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores e que tenham como destinatário o contraente público, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Cláusula 30.ª

(Obrigações complementares)

O contratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em matérias de qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social, reservando-se o contraente público o direito de avaliar, a todo o tempo, o cumprimento das obrigações dos requisitos identificados no código de conduta de fornecedores.

Cláusula 31.^a
(Contagem dos prazos)

Os prazos previstos no presente acordo-quadro e decorrentes contratos optativos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 32.^a
(Legislação aplicável)

Em tudo o omissso no presente programa de concurso, observar-se-á o regime do Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

Cláusula 33.^a
(Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do acordo-quadro ou dos contratos optativos fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 34.^a
(Produção de efeitos)

1. Nos termos do disposto no artigo 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas), os contratos de valor igual ou superior a 950.000 €, celebrados por entidades sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, estão sujeitos a fiscalização prévia.
2. Assim, a celebração de contratos por ajuste direto ao abrigo de um acordo-quadro que ainda não tenha sido visado pelo Tribunal de Contas configura uma violação do regime de fiscalização prévia, podendo implicar:
 - A nulidade dos contratos celebrados;
 - A responsabilização financeira dos responsáveis pela sua celebração;
 - A recusa de visto aos contratos subsequentes, por transmissão da invalidade do acordo-quadro.
3. Neste pressuposto, considera-se juridicamente necessário aguardar a obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas ao acordo-quadro antes de proceder à celebração de quaisquer contratos ao seu abrigo, ainda que por ajuste direto e de valor inferior ao limiar legal.

Título 2 – Disposições aplicáveis aos contratos optativos

Capítulo III – Procedimento de adjudicação ao abrigo do acordo-quadro

Cláusula 35.^a

(Natureza dos contratos optativos)

1. Os contratos a celebrar ao abrigo do acordo-quadro assumem a natureza de serviços de fiscalização e controlo de empreitadas que terão por objeto imediato o acompanhamento e a verificação do exato e pontual cumprimento da execução, pelo(s) empreiteiro(s), dos projetos e suas eventuais alterações, das disposições dos contratos celebrados entre estes e o contraente público, assegurando, nessa medida, o fiel cumprimento das imposições dos contratos de empreitada e dos documentos que os integram, assim como dos respetivos planos de trabalhos em vigor nas empreitadas, desde a data da consignação das obras até à data da sua receção provisória.
2. Os serviços de fiscalização compreendem também os serviços de controlo e verificação da segurança e saúde no decorrer das empreitadas, nomeadamente com o cumprimento dos Planos de Segurança e Saúde em fase de obra e dos Planos de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e Plano de Gestão Ambiental.
3. Ao cocontratante caberá executar ainda todos os serviços que lhe estejam atribuídos por lei, designadamente pelo CCP, elencados no contrato e nos documentos do concurso que, pela sua natureza normativa, se apresentem vinculativos.
4. Os contratos de prestação de serviços de fiscalização, acompanhamento de empreitada de obras públicas celebrados ao abrigo do acordo-quadro conformar-se-ão com o presente caderno de encargos, com a proposta e com o Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 36.^a

(Procedimento de adjudicação)

1. Identificada qualquer necessidade de prestação de serviços de fiscalização e acompanhamento de obras, o contraente público, procederá da seguinte forma:
 - a) definição concreta dos meios humanos a mobilizar, bem como a composição específica das equipas de fiscalização a afetar a cada um dos contratos optativos a celebrar;

- b) apurar o preço total de cada cocontratante para a respetiva prestação de serviços, por aplicação dos preços unitários e das afetações da equipa definida na alínea anterior;
- c) Comunicar a todos os cocontratantes as operações efetuadas e, simultaneamente, notificar a entidade selecionada com o mais baixo preço total, da adjudicação do contrato optativo em causa, especificando:
 - i. A indicação do ato de adjudicação e da aprovação da respetiva notificação que, para todos os efeitos, consubstanciará o título contratual;
 - ii. A descrição do objeto do contrato, com indicação do mapa de afetações e quantidades e de todos os elementos necessários à prestação de serviços;
 - iii. O preço contratual, resultante da aplicação dos preços unitários constantes do acordo-quadro ao tipo de função definida para a prestação de serviços em causa;
 - iv. O prazo da prestação de serviços;
 - v. A referência aos documentos de habilitação que devem ser apresentados pelo empreiteiro adjudicatário no prazo máximo de 2 (dois) dias;
 - vi. A minuta do contrato sobre a qual deve o cocontratante pronunciar-se;
 - vii. A identificação do gestor do contrato;
 - viii. A data prevista para a consignação da obra;
 - ix. Os elementos técnicos, peças escritas e desenhadas referentes à empreitada a que diz respeito a respetiva prestação de serviços.
- 2. O procedimento a que alude o número 1 corresponderá ao exercício do direito de opção previsto na cláusula 8.ª do presente caderno de encargos e, portanto, à conclusão do contrato de prestação de serviços.
- 3. Com vista à implementação eficaz e eficiente da prestação de serviços que se pretende contratar, a entidade adjudicante, na determinação do adjudicatário do contrato a celebrar, suspenderá transitoriamente o processo de seleção do acordo-quadro sempre que qualquer uma das entidades selecionadas, no momento se encontre a executar e/ou em processo de adjudicação, em simultâneo 3 (três) contratos optativos ao abrigo do presente acordo-quadro.

Cláusula 37.ª

(Prazo dos contratos optativos)

1. Sem prejuízo da possibilidade de prorrogação dos prazos, o cocontratante obriga-se a executar e concluir as prestações de serviços nos prazos a definir pelo contraente público com a notificação de adjudicação dos respetivos contratos optativos.

Cláusula 38.ª

(Preço contratual dos contratos optativos)

1. O preço contratual de cada contrato optativo de prestação de serviços será apurado, de forma prévia, direta e autónoma pela entidade adjudicante, através da metodologia seguinte:
 - a) Seleção do(s) tipo(s) de função(ões) necessárias à prestação de serviços pretendida, com recurso exclusivo ao elenco de tipos de função(ões) constante(s) do mapa que integra o Anexo IV ao programa do procedimento;
 - b) Associação aos tipos de função(ões) selecionadas, nos termos da alínea a), das quantidades e afetações necessárias à prestação de serviços, respeitando as unidades de medida definidas para cada tipo de função selecionada;
 - c) Imputação, para o mapa apurado nas alíneas anteriores, dos preços unitários constantes das propostas dos cocontratantes do acordo-quadro;
 - d) Determinação do preço total mais baixo, a partir da imputação prevista na alínea anterior, e, consequentemente do prestador de serviços adjudicatário do contrato a celebrar, sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula 36.ª.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Caso seja necessário calcular o valor/hora de uma determinada função, será adotada a seguinte fórmula, nos termos do artigo 271.º do Código do Trabalho:

$$\text{Valor/hora} = (\text{Preço mensal} \times 12\text{meses}) / (52\text{semanas} \times n)$$

n – período normal de trabalho semanal

4. Caso haja necessidade, no âmbito das funções atribuídas, de as desempenhar fora do horário normal de trabalho, o valor horário calculado da forma mencionada no ponto anterior, será agravado da seguinte forma:
- a) Dias úteis: acresce, pela primeira hora ou sua fração e por hora ou fração seguintes, os agravamentos respetivos de acordo com a legislação em vigor;
 - b) Em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, ou feriado: acresce, por cada hora ou fração, os agravamentos respetivos de acordo com a legislação em vigor.

Cláusula 39.ª

(Condições de pagamento)

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
 - a. o artigo 36.º do CIVA;
 - b. o artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;
 - c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):
 - i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;
 - ii. Contactos: sales@saphety.com; faturaeletronica@saphety.com e helpdesk@saphety.com.
 - d. qualquer esclarecimento adicional relacionado com faturas deve entrar em contacto com servico.contabilidade@cm-braga.pt
2. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa**.
3. O valor a pagar é faturado de acordo com as os serviços prestados.
4. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida mensalmente quando concluída, de forma perfeita, a prestação do cocontratante a que a obrigação está associada.

5. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento das obrigações de pagamento do preço, terá o cocontratante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida pelo período correspondente à mora, calculados à taxa de juros fixada no n.º 2 do artigo 806.º do Código Civil, para o incumprimento das obrigações civis.
6. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
8. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
9. Mais se informa que "Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>."

Cláusula 40.ª
(Revisão de preços)

Não há lugar à revisão do preço contratualmente fixado.

Cláusula 41.ª
(Celebração dos contratos optativos)

1. Na data da assinatura de cada um dos contratos optativos de prestação de serviços, o cocontratante indicará, por escrito, ao contraente público, para efeitos de aprovação, a composição nominativa da equipa de Fiscalização, a definir nos termos previstos na cláusula 60.ª, procedendo à apresentação dos seguintes documentos, que comprovam as qualificações técnicas da equipa:
 - a) Documento que evidencie e identifique todos os elementos da equipa a afetar à prestação concreta dos serviços, identificando todos os elementos, garantindo que, em cada contrato, a respetiva equipa proposta cumpre os requisitos definidos nas peças do presente procedimento;

- b) Documento comprovativo da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a prestação dos serviços em causa, nos termos do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, isto é, comprovativo da inscrição válida na respetiva Ordem Profissional ou equivalente, relativamente a cada um dos elementos da equipa;
 - c) Termo de Responsabilidade do Diretor de Fiscalização, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual;
 - d) Documento comprovativo do título profissional válido de Técnico Superior de Segurança, do Coordenador de Segurança em Obra;
 - e) Curriculum Vitae de todos os elementos da Equipa;
 - f) Documento comprovativo dos seguros exigidos em cada contrato optativo, válido e em vigor, nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação atual.
2. Em caso de incumprimento do previsto nas alíneas a) e b) do número anterior, o contraente público pode aplicar à Fiscalização, uma sanção contratual, por cada dia de atraso, no valor de 100,00 € (cem euros), não se iniciando a prestação de serviços enquanto durar o incumprimento.
3. No caso de o atraso referido no número anterior perdurar por mais de 30 (trinta) dias, o contraente público poderá resolver o contrato por incumprimento definitivo.

Cláusula 42.ª

(Sanções contratuais pecuniárias)

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, nos seguintes termos:
- a) Pelo incumprimento das obrigações emergentes de cada contrato optativo, o contraente público pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma penalidade contratual, compreendida entre 50,00 € (cinquenta euros) e 500,00 € (quinhentos euros), por cada incumprimento verificado, a fixar tendo em conta a gravidade do incumprimento.
 - b) Por cada não comparência injustificada de qualquer técnico do cocontratante, que não tenha sido, com antecedência adequada, comunicada ao contraente público, e por este aceite como justificada, a aplicação duma sanção pecuniária diária de 50,00 € (cinquenta euros);

- c) Em caso de incumprimento do prazo no envio dos pareceres ou documentos previstos nas alíneas a) a e) do número 2 da cláusula 55ª do presente Caderno de Encargos, a aplicação duma sanção pecuniária diária de 50,00 € (cinquenta euros);
 - d) Em caso de incumprimento do prazo no envio dos pareceres ou documentos previstos nas alíneas f) a i) do número 2 da cláusula 55ª do presente Caderno de Encargos, a aplicação duma sanção pecuniária diária de 50,00 € (cinquenta euros);
- 2. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, para a determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração do incumprimento, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
 - 3. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, por cada reincidência do mesmo técnico, o valor da sanção pecuniária duplica até ao limite máximo de três reincidências, a partir do qual o cocontratante terá de promover a substituição do técnico em apreço.
 - 4. O disposto nos números anteriores não prejudica o direito do contraente público de exigir a retirada dos técnicos que irregularmente estejam a substituir os técnicos aprovados para as funções em causa.
 - 5. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
 - 6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.
 - 7. Nos casos dos incumprimentos previstos no n.º 1, que, por negligência grave, resultem, designadamente, na demolição de partes da obra e/ou levem a atraso no prazo de execução da empreitada, pode o contraente público imputar ao cocontratante, na proporção da sua responsabilidade, o valor dos danos emergentes que daí decorram.
 - 8. Caso a caução prestada pelo cocontratante não assegure o ressarcimento do dano sofrido pelo contraente público, por aplicação da cláusula penal prevista no presente normativo, poderá o contraente público proceder à compensação daquele seu crédito com qualquer outro que sobre ele tenha o cocontratante, nos termos do disposto no artigo 847.º do Código Civil.

Cláusula 43.ª
(Resolução pelo contraente público)

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato optativo, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento na afetação dos serviços dos meios humanos nos termos previstos no Caderno de Encargos;
 - b) A substituição de meios humanos que integram a equipa mobilizada, sem prévia autorização escrita do contraente público;
 - c) A deficiente monitorização da empreitada e o insuficiente acompanhamento do cumprimento, pelo empreiteiro, das obrigações legais e contratuais que sobre ele impendem;
 - d) O deficiente controlo do cumprimento, pelo empreiteiro, das normas referentes à subcontratação, previstas no Caderno de Encargos da empreitada e previstas na lei;
 - e) O atraso na prestação de informação e reporte ao contraente público de circunstâncias da obra, ou pretensões do empreiteiro, impeditivas para este poder, avisadamente, encetar as diligências necessárias à prevenção de danos ou à tomada de decisões que impliquem encargos para o erário público.
 - f) No caso de o atraso na indicação da composição nominativa da equipa de Fiscalização e a respetiva apresentação dos documentos previstos nas cláusulas especiais do caderno de encargos (Meios Humanos), que comprovam as qualificações técnicas da equipa, perdurar por mais de 30 (trinta) dias.
2. Para efeitos do previsto no número anterior, considera-se reiterado o incumprimento da mesma obrigação por 3 vezes.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante.
4. A resolução sancionatória do contrato pelo incumprimento definitivo do mesmo pelo cocontratante constitui o contraente público no direito a uma indemnização pelos prejuízos sofridos pelo inadimplemento da contraparte, indemnização essa que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 810.º do Código Civil, se fixa no montante correspondente a 20% do preço contratual.
5. O disposto no número precedente não obsta a que o contraente público exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada.

6. O contraente público pode, a todo o tempo, nos termos do disposto no artigo 334.º do Código dos Contratos Públicos, proceder à resolução do contrato por razões de interesse públicos de que dará conhecimento ao cocontratante.

Capítulo IV – Condições de execução da prestação de serviços

I – Disposições gerais

Cláusula 44.ª

(Execução contratual)

1. As cláusulas do presente capítulo referem-se às prestações de serviços a realizar ao abrigo do acordo-quadro a outorgar com o cocontratante, no âmbito do acordo-quadro para a Prestação de Serviços de Fiscalização de Empreitadas de Obras Públicas no Município de Braga.
2. As normas e prescrições a considerar na prestação de serviços que não sejam taxativamente indicadas no contrato ou neste caderno de encargos, nem constem de disposições legais ou regulamentares em vigor, deverão ser as que melhor se coadunem com a natureza dos serviços a prestar.
3. Os diplomas legais e regulamentares aplicáveis aos serviços serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não tenha sido alterado pelo título contratual ou pelos documentos que dele fazem parte integrante.
4. As referências a diplomas legislativos portugueses ou comunitários devem também ser entendidas como referências à legislação que os substitua ou modifique.

Cláusula 45.ª

(Mandato conferido pelo contraente público)

1. O cocontratante representará o contraente público na obra e nas relações daquele com o(s) empreiteiro(s) e eventual(ais) subempreiteiro(s).
2. Ao abrigo do mandato identificado no número anterior, o cocontratante praticará todos os atos jurídicos e materiais necessários à perfeita e cabal fiscalização da empreitada.

3. Ao abrigo do contrato, o cocontratante goza das faculdades e poderes do contraente público apenas para a fiscalização ordinária da obra, tal como indicados neste caderno de encargos, não tendo, portanto, poderes para representar o contraente público no que respeita a assunção de direitos e obrigações, perdão de créditos, a transigir ou representá-lo em juízo.
4. O cocontratante disporá de poderes bastantes e estará habilitado com os elementos indispensáveis para resolver todas as questões que lhe sejam colocadas pelo empreiteiro para o efeito da normal prossecução dos trabalhos.
5. O cocontratante, em geral, gozará de todos os poderes que lhe são atribuídos nos termos do Código dos Contratos Públicos, assumindo-se os poderes de ação como deveres quando a inação junto do empreiteiro, segundo um critério de razoabilidade, comprovadamente prejudique o contraente público na sua relação com aquele.
6. O cocontratante não pode tomar decisões e instruir o empreiteiro com decisões, salvo indicação expressa, por escrito, em contrário do contraente público, que conduzam a qualquer uma das seguintes situações na execução da empreitada:
 - a) Aumento do preço contratual, considerando o valor da proposta;
 - b) Diminuição da qualidade intrínseca contida na proposta do empreiteiro;
 - c) Prorrogação do prazo contratual de execução da empreitada.

Cláusula 46.ª

(Obrigações principais do cocontratante)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato optativo decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de fiscalização técnica, financeira e jurídica do modo de execução dos contratos de empreitada;
 - b) Obrigação de monitorização e controlo do cumprimento, pelos empreiteiros, das obrigações legais respeitantes à sua pessoa e ao modo de execução dos trabalhos, verificando, designadamente, a habilitação e o cumprimento dos requisitos legais relativamente a todos os intervenientes em obra;

- c) Obrigação e monitorização e acompanhamento do desenvolvimento das obras, por confronto com as obrigações assumidas contratualmente pelos empreiteiros, assessorando em permanência o contraente público, mormente através de notas informativas, relatórios, pareceres, autos e demais instrumentos adequados, para assegurar o planeamento definido e os encargos fixados;
 - d) Obrigação de possuir um sistema de informação completo, organizado e fidedigno relativamente a toda a realidade da obra, documentando, de forma permanente e atual, o contraente público sobre os aspetos relevantes das obras e da sua execução;
 - e) Obrigação de disponibilizar ao contraente público a informação rigorosa e documentada sobre a evolução das obras e sobre as decisões nelas tomadas, designadamente, em virtude dos litígios a que as empreitadas possam vir a dar lugar com os empreiteiros;
 - f) Tomar perfeito e integral conhecimento das condições contratuais relativas às empreitadas que serão objeto das prestações de serviços, nomeadamente, dos cadernos de encargos, garantindo o integral e pontual cumprimento, por parte dos empreiteiros, de tais condições contratuais;
 - g) Zelar pelo cumprimento, por parte dos empreiteiros, do disposto no Código dos Contratos Públicos, nomeadamente nas disposições relativas à subcontratação.
2. A título acessório, o cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados às prestações dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 47.^a

(Obrigações acessórias do cocontratante)

Constituem obrigações do cocontratante, para além das demais consignadas nos títulos contratuais ou das decorrentes dos preceitos deste Caderno de Encargos, as seguintes:

- a) Executar os serviços que lhe forem adjudicados com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b) Não divulgar ou comunicar a terceiros, sem expresse consentimento do contraente público, qualquer informação recebida deste, bem como elementos, estudos ou resultados relacionados com a prestação de serviços;

- c) Sujeitar-se à ação fiscalizadora do contraente público ou dos seus representantes;
- d) Comunicar ao contraente público, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a data da respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da prestação de serviços;
- e) Prestar todos os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pelo contraente público relativamente ao modo de execução dos serviços;
- f) Obrigação de assessorar o contraente público na averiguação e identificação de vícios e patologias da obra em sede de garantia, designadamente aferindo da causalidade adequada das mesmas a vício de construção ou vício de projeto;
- g) Prestar informação à contraente público, no decurso do período de garantia, que se mostre relevante para ajuizar sobre a eventual existência de vícios de construção;
- h) Acompanhar e pronunciar-se em sede de todas as vistorias subsequentes à receção provisória, seja para efeitos de liberação parcial da caução, seja para efeitos da receção definitiva da obra;
- i) Respeitar os circuitos de comunicação ou relacionamento acordados por escrito para a prestação de serviços, nomeadamente quando envolvam terceiros.

Cláusula 48.ª

(Trabalhadores afetos à prestação de serviços)

1. O cocontratante, nos termos do disposto no artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 451.º do mesmo Código, obriga-se a afetar à execução dos contratos, trabalhadores que prestem a sua atividade em regime de:
 - a) Contrato de trabalho sem termo, no caso de os contratos objeto do procedimento terem uma duração superior a 2 (dois) anos;
 - b) Contrato de trabalho a termo, no caso de os contratos objeto do procedimento terem uma duração igual ou inferior a 2 (dois) anos, desde que por período de tempo não inferior ao prazo dos referidos contratos a celebrar.
2. O previsto na alínea a), do número anterior, não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição, celebrado por necessidades temporárias do cocontratante nas situações previstas nas alíneas a) a d), do número 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.

3. O disposto no n.º 1 da presente Cláusula não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros, no âmbito da execução dos contratos a celebrar.
4. O incumprimento da obrigação prevista na presente Cláusula, constitui contraordenação muito grave, punível com coima, em conformidade com o estipulado na alínea f) do artigo 456.º do CCP.

Cláusula 49.ª
(Função da Fiscalização)

1. Ao cocontratante, doravante identificado por "Fiscalização", incumbe vigiar e verificar o exato cumprimento do projeto e das suas alterações, do contrato, do caderno de encargos e do plano de trabalhos em vigor, designadamente:
 - a) Verificar a implantação da obra, de acordo com as referências necessárias fornecidas ao empreiteiro;
 - b) Verificar e analisar os planos de trabalhos ajustados e/ou modificados e emitir o respetivo parecer, para posterior aprovação pelo dono de obra;
 - c) Verificar a exatidão ou o erro eventual das previsões do projeto, em especial, e com a colaboração do empreiteiro, no que respeita às condições do terreno;
 - d) Identificar erros ou omissões do caderno de encargos, emitir parecer sobre aqueles que tenham sido identificados pelo empreiteiro e ajuizar dos preços adequados à remuneração dos trabalhos de supressão quando necessários;
 - e) Identificar trabalhos complementares necessários executar e emitir parecer sobre aqueles que tenham sido reclamados pelo empreiteiro, ajuizando dos preços adequados à remuneração dos mesmos quando determinados executar;
 - f) Vigiar os processos de execução da obra;
 - g) Aprovar os materiais a aplicar;
 - h) Verificar as características dimensionais da obra;
 - i) Verificar, em geral, o modo como são executados os trabalhos;
 - j) Verificar a observância dos prazos estabelecidos;
 - k) Proceder às medições necessárias e verificar o estado de adiantamento dos trabalhos;

- l) Averiguar se foram infringidas quaisquer disposições do contrato e das leis e regulamentos aplicáveis;
 - m) Verificar se os trabalhos são executados pela ordem e com os meios estabelecidas no respetivo plano;
 - n) Comunicar ao empreiteiro as alterações introduzidas no plano de trabalhos pelo contraente público e a aprovação das propostas pelo empreiteiro;
 - o) Determinar ao empreiteiro a realização de ajustamentos ao plano de trabalhos, solicitar a realização de planos de recuperação e impô-los sempre que os mesmos não sejam apresentados e os mesmos se justifique para prevenir ou minimizar incumprimentos dos prazos contratuais;
 - p) Informar da necessidade ou conveniência do estabelecimento de novas serventias ou da modificação das previstas e da realização de quaisquer aquisições ou expropriações, pronunciar-se sobre todas as circunstâncias que, não havendo sido previstas no projeto, confirmem direito a indemnização e informar das consequências contratuais e legais desses factos;
 - q) Resolver, quando forem da sua competência, ou submeter, com a sua informação, no caso contrário, à decisão do contraente público todas as questões que surjam ou lhe sejam postas pelo empreiteiro e providenciar no que seja necessário para o bom andamento dos trabalhos, para a perfeita execução, segurança e qualidade da obra e facilidade das medições;
 - r) Transmitir ao empreiteiro as ordens do contraente público e verificar o seu correto cumprimento;
 - s) Emitir parecer fundamento relativamente às pretensões do empreiteiro decorrentes do exercício do direito à revisão de preços;
 - t) Verificação do cumprimento, pelo empreiteiro, das disposições legais aplicáveis, designadamente os artigos 383.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, relativamente às habilitações dos subempreiteiros a operar em obra e aos limites de subcontratação admitidos.
2. Para a realização das suas atribuições, a Fiscalização dará ordens ao empreiteiro, far-lhe-á avisos e notificações, procederá às verificações e medições e praticará todos os demais atos necessários.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a Fiscalização deverá assegurar a fiscalização e controlo da empreitada sempre de modo a não perturbar o andamento normal dos trabalhos e sem diminuir a iniciativa e correlativa responsabilidade do empreiteiro.
4. A Fiscalização registará no livro de obra os aspetos críticos da execução da empreitada, as ordens, instruções e diretivas emitidas ao empreiteiro, as decisões do contraente público e os demais aspetos impostos na Portaria n.º 1268/2008, de 6 de novembro.

Cláusula 50.ª
(Âmbito dos Serviços)

1. A Fiscalização deverá assegurar a constituição e a gestão de um sistema de informação, fiscalização e controlo, relativamente à execução da obra, atuando nas áreas funcionais discriminadas nos números seguintes.
2. O sistema de informação e controlo visa desenvolver, primordialmente, as seguintes áreas funcionais, necessariamente interligadas:
 - a) Verificação e controlo do exato cumprimento dos projetos de execução e suas alterações no decurso da obra, sempre que necessário, e do caderno de encargos, dos planos de trabalho e outros dados que se entendam convenientes para a análise da evolução e prossecução dos trabalhos de empreitada;
 - b) Acompanhamento pormenorizado de todos os trabalhos realizados pelo empreiteiro;
 - c) Análise, controlo e previsão de tempos e prazos necessários comparando as estimativas baseadas no realizado com os planos de trabalhos da obra, devidamente aprovados;
 - d) Acompanhamento da administração da obra, verificando todas as medições ou revisões orçamentais, apreciando todas as faturas apresentadas pelo empreiteiro, elaborando a conta corrente da obra e prevendo as futuras necessidades de "cash-flow";
 - e) Comparação das características da obra já realizada, dos materiais dos processos, dos equipamentos e das soluções adaptadas pelo empreiteiro com as cláusulas, condições e características estabelecidos pelo projeto, pelo contrato de empreitada e pelas restantes disposições em vigor;
 - f) Controle da qualidade de execução;

- g) Coordenação, acompanhamento, análise e controlo das condições de segurança.
3. As ações a desenvolver pela Fiscalização, no domínio da fiscalização e controlo de execução da obra, são todas necessárias à sua completa realização nas melhores condições, salientando-se designadamente, as seguintes:
- a) Contribuir para manter a necessária troca de fornecimento de informação entre todas as entidades intervenientes e o contraente público, para o que deverá a Fiscalização, designadamente:
- i. Efetuar todas as visitas à obra julgadas convenientes pelo contraente público;
 - ii. Participar e secretariar reuniões com o contraente público, que permitam a análise do andamento dos trabalhos da obra e das ações desenvolvidas pela Fiscalização;
 - iii. Coordenar e secretariar as reuniões e demais contactos que o contraente público, decida efetuar com entidades intervenientes na execução da obra, inclusive dos consultores contratados para o efeito, fazendo executar as ações daí resultantes;
 - iv. Propor, participar e secretariar reuniões com o empreiteiro, com o autor do projeto ou com outras entidades, direta ou indiretamente ligadas à obra, a fim de analisar os trabalhos em curso, esclarecer dúvidas, estudar alterações ou identificar e encaminhar problemas a resolver;
 - v. Estar representada nas reuniões com os empreiteiros e com o contraente público;
 - vi. Estar representada em todas as reuniões de coordenação pelo Diretor da Fiscalização ou por todos os elementos que constituem as equipas de Fiscalização, se assim entender o contraente público;
 - vii. Preparar, acompanhar ou conduzir da obra;
 - viii. Fornecer mensalmente todos os dados e estatísticas recolhidas na obra.
- b) Analisar pormenorizadamente o desenvolvimento das ações realizadas pelo empreiteiro, nomeadamente através de:
- i. Acompanhamento, análise e medição de todos os avanços corridos na realização da obra com periodicidade mensal;

- ii. Atualização das estimativas das matrizes de consumos unitários, a fim de estarem disponíveis sempre que houver necessidade de as utilizar designadamente para verificar a orçamentação de trabalhos não previstos, mas essenciais à realização da obra;
 - iii. Fornecimento de todos estes elementos, dados de avanço e estatísticas de consumo.
- c) Controlar e fazer respeitar a calendarização da obra estabelecido no contrato, corrigido no caso de o prazo vir a ser prorrogado com a anuência do contraente público, designadamente através de:
- i. Análise e informação, em termos conclusivos, dos planos de trabalhos propostos pelo empreiteiro relativos aos trabalhos contratuais e eventuais adicionais;
 - ii. Estudo das correções necessárias de modo a respeitar com segurança as datas-limite acordadas, com apresentação dos consequentes planos alternativos;
 - iii. Verificação do desenvolvimento da obra em termos dos planos de trabalhos aprovados;
 - iv. Identificar e caracterizar os principais desvios verificados, propondo, fundamentalmente, as ações necessárias à sua compensação - parcial ou total e ou à sua eliminação futura;
 - v. Implementação das medidas aprovadas pelo contraente público, com o fim de recuperar eventuais atrasos, de forma a dar cumprimento às datas estabelecidas;
 - vi. Atualização das estimativas de tempos para os trabalhos ainda por realizar, tendo em conta as estatísticas efetivamente verificados no decurso dos trabalhos já realizados;
 - vii. Produção mensal, e nos casos de inflexões no decurso da obra, dos diagramas de Gant incluindo análise de recursos e tendo em conta as estatísticas e o avanço dos trabalhos já realizados;
 - viii. Atualização mensal, e nos casos de inflexões no decurso da obra, dos cronogramas financeiros previsionais do empreiteiro, tendo em conta as análises anteriores e as regras em vigor.

d) Controlar a qualidade da obra e dos trabalhos em curso contribuindo para o seu elevado nível, designadamente:

- i. Elaborar todas as recomendações julgadas convenientes com o fim de preservar a qualidade de execução;
- ii. Apreciar e informar com antecedência sobre a qualificação e o nível de comportamento profissional dos meios humanos intervenientes, em especial os do empreiteiro divididos pelas diversas especialidades;
- iii. Participar na realização dos ensaios da obra em colaboração com o empreiteiro, o autor do projeto e outras entidades especializadas;
- iv. Analisar a qualidade dos materiais, equipamentos e processos utilizados pelo empreiteiro em obra implementando as ações necessárias, nomeadamente comentando com parecer e informando sobre a documentação respetiva apresentada pelo empreiteiro e ou demais entidades intervenientes, promovendo sempre que necessário, e/ou o contraente público o entendam, os ensaios de controle em laboratórios próprio e/ou oficial (LNEC preferencialmente);
- v. Verificar as operações executadas pelo empreiteiro e a qualidade dos equipamentos utilizados;
- vi. Apreciar e informar os planos de mobilização do empreiteiro, no que concerne à mão-de-obra, equipamentos e materiais;
- vii. Verificar a implantação das partes integrantes da obra e sua geometria antes e ao longo da sua realização;
- viii. Apreciar e informar sobre o plano de estaleiro do empreiteiro, e das demais instalações provisórias;
- ix. Realizar todos os desenhos em transparente, bem como em suporte informático, das alterações introduzidos no projeto durante a obra;
- x. Elaborar e participar ativamente segundo as normas do contraente público, nos processos conducentes à consignação, receção provisória e definitiva da obra.

e) Acompanhar e controlar todas as condições de segurança com que se desenvolvem os trabalhos da obra, propondo atempadamente todas as medidas julgadas pertinentes.

- i. Realizar mensalmente, e sempre que justificável, relatórios descrevendo as condições de segurança e o cumprimento das respetivas regras;
 - ii. Elaborar inquéritos e análises pormenorizadas sobre todos os acidentes ocorridos, responsáveis por danos humanos e/ou materiais.
- f) Acompanhar e controlar a administração da obra, designadamente:
- i. Proceder mensalmente às medições dos trabalhos executados necessários à elaboração dos autos de medição da obra, e informar sobre reclamações eventualmente apresentadas pelo empreiteiro;
 - ii. Medir e controlar os trabalhos realizados a mais e a menos e proceder à estimativa dos seus valores orçamentais, utilizando as matrizes de consumo já referidas;
 - iii. Determinar, com base nas medições e nas fórmulas de revisão de preços, os pagamentos devidos ao empreiteiro;
 - iv. Elaborar a conta-corrente da obra, segundo as normas legais em vigor, devendo o respetivo plano de conta ser submetido à aprovação do contraente público;
 - v. Controlar e apreciar todas as faturas emitidas pelo empreiteiro, devendo propor fundamentalmente ao contraente público a sua satisfação ou rejeição;
 - vi. Elaborar os cronogramas previsionais e a consequente análise de 'cash-flow' com base nos dados fornecidos pelo contraente público.
 - vii. Manter atualizado o mapa de saldos para controlo de todos os artigos constantes do orçamento;
- g) Apoiar do ponto de vista técnico e administrativo qualquer situação contencioso ou diferendo existente entre o contraente público e o empreiteiro e/ou demais entidades intervenientes nos trabalhos, relativo ao respetivo projeto ou à obra, constituindo um dossier denominado «Contencioso», a ser facultado ao contraente público sempre que solicitado, e onde, de forma sistemática, se vá organizando todas as matérias críticas para esse efeito, designadamente as pretensões do empreiteiro e as decisões sobre elas tomadas pelo contraente público, para além da descrição das incidências da empreitada suscetíveis de dar lugar a litígios;

- h) Propor, oportunamente, todas as iniciativas julgadas úteis para garantir o bom prosseguimento dos trabalhos, tais como a consideração de alternativas técnicas ou financeiras.

Cláusula 51.ª

(Forma de prestação do serviço)

1. Os serviços de fiscalização compreendem também os serviços de controlo e verificação da segurança, saúde e ambiente no decorrer da empreitada, nomeadamente com o cumprimento do Plano de Segurança e Saúde em fase de obra, do Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e Plano de Gestão Ambiental.
2. Ao cocontratante caberá executar ainda todos os serviços que lhe estejam atribuídos por lei, designadamente pelo Código dos Contratos Públicos, elencados no contrato e nos documentos do concurso que, pela sua natureza normativa, se apresentem vinculativos.

Cláusula 52.ª

(Intervenientes na obra)

1. As entidades diretamente intervenientes no desenvolvimento da obra são as seguintes:
 - a) O Município de Braga, na condição de dono da obra;
 - b) O empreiteiro geral, eventualmente empreiteiros de trabalhos de especialidade, subempreiteiros e autores do projeto;
 - c) A Fiscalização;
 - d) Eventuais consultores contratados pelo contraente público;
 - e) Outros intervenientes que o dono da obra entenda fazer participar;
 - f) Outras entidades com jurisdição nos diversos aspetos relacionados com a empreitada.
2. Para o desenvolvimento da obra haverá que estabelecer ligações, em perfeita coordenação com o empreiteiro geral, com as entidades que tenham jurisdição, sejam efetuadas e/ou exerçam atividades na área abrangido pelas obras.

3. Compete à Fiscalização o estabelecido e manutenção das ligações que o contraente público entenda deverem ser asseguradas com as outras entidades intervenientes, bem como as consequentes ações que caibam no âmbito da gestão e fiscalização da obra e que entendam cometer-lhes, podendo solicitar ao contraente público as devidas credenciais para esse efeito.
4. Compete à Fiscalização propor o fluxograma, acompanhado de memória descritiva e justificativa, das ligações de rotina a estabelecer com as entidades referidas no n.º 1.
5. Sempre que o contraente público ou a Fiscalização entenderem necessário ao bom andamento dos trabalhos a modificação do fluxograma aprovado, a Fiscalização deverá estudar e propor as adaptações consideradas convenientes.

Cláusula 53.ª
(Meios da fiscalização)

1. Compete à Fiscalização o apetrechamento e obtenção de todos os meios humanos e materiais que sejam necessários à execução das ações a desenvolver no âmbito da fiscalização e controlo da execução da obra, bem como o estabelecimento de todo o sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
2. Se o contraente público verificar que os meios utilizados pela Fiscalização são insuficientes ou menos adequados à boa execução dos trabalhos de sua atribuição, poderá impor o seu reforço, incluindo a aquisição de meios materiais ou a sua modificação ou substituição.
3. Os planos de mobilização dos meios humanos e materiais deverão ser elaborados em concordância com o estabelecido no plano de trabalhos da empreitada, devendo ser ajustados e aprovados pelo contraente público sempre que naquele se verifiquem alterações.

Cláusula 54.ª
(Organização de meios)

1. Compete à Fiscalização organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considerar necessários para atingir os objetivos e realizar as tarefas que lhe são cometidas, a fim de garantir que a obra seja realizada com um nível máximo de qualidade, segurança e, bem assim, de acordo com os planos e programas estabelecidos.

2. A Fiscalização deverá dar especial atenção a todas as tarefas relacionadas com o controlo de nível de qualidade e das quantidades associadas à execução da obra, pelo que deverá adotar os meios de organização adaptados a esta preocupação.

Cláusula 55.ª

(Fases da prestação de serviços)

1. Os serviços objeto dos contratos a celebrar, poderão compreender, consoante conste das notificações de adjudicação dos optativos, as seguintes fases:
 - a) **Fase I – Preparação da empreitada** (aproximadamente 15 dias), contados desde a data de produção de efeitos do contrato até à data da consignação total ou, até à data da primeira consignação parcial da obra, se for o caso, compreendendo as tarefas principais seguintes:
 - i. Preparar e participar nas reuniões de preparação de obra, com elaboração da respetiva ata, assessorar os representantes do contraente público de forma a cumprir os requisitos legais no que diz respeito à segurança, higiene e saúde no trabalho;
 - ii. Elaborar um registo fotográfico de toda a zona a intervir e área envolvente;
 - iii. Delinear e definir os procedimentos de controlo e fiscalização a serem implementadas no decurso das obras;
 - iv. Analisar e validar o Plano de Segurança e Saúde (PSS) apresentado pelos empreiteiros para efeitos de implementação em obra.
 - b) **Fase II – Acompanhamento da obra**, no período compreendido entre a consignação e a receção provisória da empreitada, compreendendo as tarefas principais seguintes:
 - i. Preparar e participar nas reuniões de obra semanais, com elaboração da respetiva ata, assessorar o representante do contraente público de forma a cumprir os requisitos legais no que diz respeito à segurança e saúde no trabalho;
 - ii. A verificação da qualidade dos trabalhos e todo o acompanhamento inerente, mormente respeitante a materiais e equipamentos;
 - iii. A verificação do cumprimento do projeto e da disciplina contratual, em particular do planeamento definido e dos prazos estabelecidos, bem como dos meios humanos e materiais mobilizados por confronto com a proposta;

- iv. Análise e medição dos trabalhos executados, elaboração dos autos de medição mensais e respetiva conta corrente;
 - v. Prestação mensal de informação circunstanciada ao contraente público sobre o estado da obra através de relatório de acompanhamento mensal;
 - vi. Registos diários com informações relevantes para o acompanhamento da obra, nomeadamente cargas de mão-de-obra e equipamentos, condições climatéricas, atividades realizadas, ocorrências excecionais ou relevantes, entre outros;
 - vii. A realização de vistorias à obra, nas datas convocadas pelo contraente público, para efeitos de receção provisória e da elaboração do respeito auto, sem prejuízo do prolongamento dos serviços compreendidos nesta fase caso a obra não se encontre em condições de ser recebida;
 - viii. Apresentação ao contraente público da compilação técnica, das telas finais e de parecer relativo ao modo como se encontram cumpridas as obrigações legais e contratuais do empreiteiro, bem como o modo como foi executado o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos legais em vigor;
- c) **Fase III – Encerramento da empreitada**, desde a data da receção provisória da obra até à elaboração do relatório final da obra, compreendendo as tarefas principais seguintes:
- i. Elaboração dos cálculos das revisões de preços provisórias e definitivas, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação dos respetivos índices.
 - ii. Elaboração da conta final da empreitada e implementação dos procedimentos destinados à sua assinatura pelo contraente público e pelos empreiteiros, no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a data de assinatura da revisão de preços definitiva.
 - iii. Elaboração do relatório final da obra, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a data de assinatura da conta final da empreitada.

Cláusula 56.^a
(Acompanhamento da execução)

1. Para o acompanhamento da execução dos contratos, o cocontratante fica obrigado a manter com a regularidade que o contraente público julgar conveniente (no mínimo uma vez por semana) reuniões de coordenação, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocatória escrita por parte do cocontratante, o qual deve elaborar as agendas prévias para cada reunião.
3. O cocontratante fica também obrigado a apresentar ao contraente público, com uma periodicidade mensal, respeitando o modelo disponibilizado por este, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços.
4. No termo dos serviços de fiscalização das empreitadas, o cocontratante deve ainda elaborar um relatório final, respeitando o modelo disponibilizado pelo contraente público, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução dos contratos.
5. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo cocontratante devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 57.^a

(Receção dos elementos a produzir ao abrigo dos contratos)

1. No decurso dos serviços, o cocontratante deverá entregar, de forma atempada, ao contraente público as informações, pareceres e apreciações necessárias à tomada de decisões referentes às empreitadas e às pretensões dos empreiteiros, de forma a permitir a produção e notificação, a estes, de uma decisão fundamentada.
2. Para os efeitos do disposto no número anterior, o cocontratante deve prestar ao contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

Cláusula 58.^a

(Mobilização de meios humanos)

1. A mobilização e seleção de todos os meios humanos necessários para a execução dos serviços a cargo da Fiscalização são da inteira responsabilidade do cocontratante, obrigando-se a garantir que todos os seus agentes coloquem a sua competência, cuidado e diligência na realização dos serviços que lhe forem cometidos no âmbito da sua capacidade profissional.

2. A Fiscalização pode, caso assim o entenda e mediante prévia anuência do contraente público, recorrer à intervenção, nas obras, de qualquer outro especialista.
3. Quando, por qualquer motivo, a intervenção de especialistas referidos no número anterior, possa vir a ter em obra um carácter de atuação sistemática, não pode, em caso algum, constituir encargo adicional para o contraente público.

Cláusula 59.^a
(Equipa de fiscalização)

1. As equipas da fiscalização terão a composição e afetações que forem previamente definidas aquando da adjudicação de cada um dos contratos optativos a celebrar.
2. A composição nominativa das equipas de fiscalização será proposta pela Fiscalização, aquando da assinatura dos contratos, e estará sujeita à aprovação do contraente público, devendo cumprir impreterivelmente o definido na cláusula 42.^a Caderno de Encargos.
3. A constituição da equipa de pessoal da fiscalização, a colocar no local das obras, será a que melhor se adapte às necessidades de desenvolvimento das ações incluídas no âmbito da fiscalização e controlo das obras, integrando as categorias e classes profissionais que forem necessárias e sempre em cumprimento das habilitações mínimas exigidas por lei ou pelo presente Caderno de Encargos.
4. Sempre que por motivos de doença ou outros seja necessária a substituição de qualquer elemento das equipas propostas pela fiscalização, esta submeterá de imediato à apreciação do contraente público, a sua substituição por elemento da mesma categoria e classe profissional e experiência equivalente ou superior.
5. Os planos de férias dos membros das equipas de fiscalização deverão ser previamente submetidos a aprovação pelo contraente público, devendo para o efeito, a Fiscalização remeter os referidos planos no início das prestações de serviços.
6. O contraente público reserva-se no direito de ordenar que seja retirado dos serviços cometidos à fiscalização qualquer elemento do seu pessoal que, a seu exclusivo juízo, não tenha aptidões para as funções que ocupe, ou haja desrespeitado os agentes do contraente público, seus colaboradores ou quaisquer outros intervenientes nas obras, ou ainda tenha provocado indisciplina no desempenho dos seus deveres.

7. A ordem prevista no número anterior deverá ser fundamentada por escrito, quando a fiscalização assim o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal indicado.
8. Em caso de incumprimento da ordem prevista no número anterior, o contraente público pode aplicar à Fiscalização uma sanção contratual de 100,00 € (cem euros).

Cláusula 60.ª
(Diretor de fiscalização)

1. A fiscalização designará, de entre os meios humanos afetos aos serviços, um que exercerá as funções de Diretor da Fiscalização.
2. O Diretor da Fiscalização será o representante da fiscalização junto do contraente público para efeitos de articulação, com este, das prestações de serviços.
3. O Diretor da Fiscalização é o principal responsável pela fiscalização das obras, assegurando a gestão de todos os serviços, bem como o comando hierárquico do pessoal afeto à fiscalização das Obras.

Cláusula 61.ª
(Pessoal)

1. A Fiscalização é responsável pelas obrigações relativas ao seu pessoal empregado na execução dos serviços de fiscalização, pela sua boa aptidão profissional e disciplina.
2. A Fiscalização é obrigada a manter a harmonia e a boa ordem no local dos serviços, sendo responsável pela retirada dos elementos que porventura provoquem indisciplina no desempenho das suas funções.
3. A Fiscalização obriga-se a praticar um horário de trabalho idêntico ao horário praticado pelo empreiteiro na obra, devendo permanecer na obra, nesse horário, o pessoal necessário.
4. A Fiscalização obriga-se ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente a todo o pessoal, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem.
5. A Fiscalização é obrigada a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do seu pessoal e a prestar-lhe assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho ou de doença profissional.

6. A Fiscalização ficará responsável, relativamente à atividade profissional do seu pessoal, pelo pagamento de todos os encargos sociais legalmente fixados.

Cláusula 62.^a
(Meios materiais)

1. Todos os meios necessários ao controlo e registo de qualidade, dados topográficos e outros dados técnicos da obra, controlo de produção e meios de transporte são todos da responsabilidade da Fiscalização, incluindo a sua eventual aquisição, manutenção e exploração.
2. A expressa indicação neste caderno de encargos dos meios indispensáveis à Fiscalização, não a desobriga a apetrechar-se com o equipamento necessário e em quantidade suficiente, de modo a garantir uma boa qualidade de trabalho e a qualquer momento reforçá-la.
3. A Fiscalização disporá, para funcionamento dos seus serviços, das instalações que o empreiteiro providenciar, na zona abrangida pela obra.
4. A Fiscalização deverá colocar ao serviço os meios de transporte necessários para a fiscalização da obra, competindo-lhes igualmente assegurar a sua exploração e manutenção. Estes meios de transporte devem ser adequados e suficientes para as funções a que se destinam.
5. Será à responsabilidade da Fiscalização a aquisição de meios de comunicação externa (telefone, computador) de que necessitar.
6. São da responsabilidade da Fiscalização os materiais e equipamentos de escritório, de desenho, de reprodução e de arquivo e consumo corrente, de que necessitar.

Cláusula 63.^a
(Seguros)

1. A Fiscalização obriga-se a efetuar o seguro do seu pessoal empregue nos serviços de fiscalização da obra.
2. A Fiscalização obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na prestação de serviços, bem como todo o pessoal neles transportados na qualidade de passageiros, seja quem for, estes últimos com valor ilimitado de responsabilidade civil.

3. É da responsabilidade do cocontratante a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:
 - a) De responsabilidade civil do cocontratante, que garanta a cobertura de todos os riscos e danos direta ou indiretamente emergentes dos serviços prestados, assegurando o pagamento de todas as indemnizações que a esse título sejam devidas, quer ao contraente público, quer a terceiros;
 - b) De acidentes de trabalho e doenças profissionais relativamente a todo o pessoal ao seu serviço, de acordo com a legislação em vigor.
4. O contraente público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o cocontratante fornecê-la no prazo de 8 dias.
5. Os encargos referentes aos seguros impostos por este caderno de encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, serão da conta da Fiscalização.
6. A Fiscalização obriga-se à elaboração de um manual de segurança a observar em todos os trabalhos da obra, em colaboração com o contraente público, empreiteiro e empresas seguradoras com intervenção na obra.

II. Execução do mandato do contraente público

Cláusula 64.ª

(Notificações)

1. A Fiscalização notificará ao empreiteiro as resoluções do contraente público respeitantes a qualquer aspeto relacionado com a execução da obra, designadamente os atos administrativos por este emanados naquele âmbito.
2. Nas notificações a que se alude no número anterior, a Fiscalização identificará sempre, de forma inequívoca:
 - a) O texto integral da decisão do contraente público;
 - b) A identificação da empreitada, o contexto em que a decisão se insere, explicitando o autor da mesma e a respetiva data;
 - c) A fundamentação da decisão tomada.

Cláusula 65.ª

(Incumprimento de ordem)

Se o empreiteiro não cumprir ordem legal dimanada pela Fiscalização, nos termos do disposto no artigo anterior e no exercício de poderes de fiscalização, sem que tenha sido absolutamente impedido de o fazer por caso de força maior, deverá a Fiscalização, de forma imediata, por escrito e juntando todos os elementos documentais necessários, reportar tal circunstância ao contraente público, informando-o os riscos e consequências inerentes a tal incumprimento, quer para a qualidade da obra, quer para a segurança de pessoas e bens.

Cláusula 66.ª

(Defeitos de execução da obra)

1. Sempre que a Fiscalização, no decurso da execução da empreitada, reconheça que na obra existem defeitos ou que nela não foram observadas as condições do contrato, lavrará auto a verificar o facto e notificará o empreiteiro, juntando-lhe um duplicado do auto para, dentro de prazo razoável, que será simultaneamente indicado, eliminar os defeitos ou suprir os vícios da obra.
2. Se, por incumprimento do empreiteiro e para suprir os defeitos da obra, o dono desta se vir obrigado a socorrer-se de terceiros, a Fiscalização assessorará este, no quadro da sua prestação de serviços, na preparação e elaboração das peças técnicas necessárias a efetivar a contratação.

Cláusula 67.ª

(Acompanhamento da empreitada)

1. A Fiscalização efetuará mensalmente um relatório de acompanhamento da empreitada, nos termos previstos nas cláusulas deste caderno de encargos, compreendendo:
 - a) Um balizamento do plano de trabalhos, identificando descritiva e graficamente as atividades que apresentem eventual desvio relativamente ao previsto contratualmente e sinalizando as repercussões para o cumprimento do prazo contratual;
 - b) Um balizamento do cronograma financeiro, identificando descritiva e graficamente os eventuais desvios à realização financeira da empreitada;

- c) Uma identificação dos eventuais constrangimentos ao cumprimento dos pressupostos contratuais da empreitada e de eventuais medidas mitigadoras a empreender;
 - d) Uma identificação completa das decisões tomadas até ao momento pelo contraente público, mormente respeitante a:
 - i. Trabalhos complementares e respetivos preços e prazos;
 - ii. Modificações ao plano de trabalhos aceites e prorrogações de prazo reconhecidas;
 - iii. As sanções contratuais aplicadas ao empreiteiro;
 - iv. Pretensões indemnizatórias do empreiteiro, ou outro tipo de reclamações, e as respetivas decisões tomadas pelo contraente público.
2. O relatório de acompanhamento mensal referido no número anterior será apresentado ao contraente público mensalmente, no prazo máximo de 5 dias úteis após a conclusão do período a que se reporta.
3. O incumprimento do prazo previsto no número anterior determina a aplicação, à Fiscalização, de uma sanção penal, nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula 68.^a

(Balizamento da empreitada)

- 1. A Fiscalização efetuará quinzenalmente um balizamento da empreitada, através do balizamento do plano de trabalhos, identificando descritiva e graficamente as atividades que apresentem eventual desvio relativamente ao previsto contratualmente e sinalizando as repercussões para o cumprimento do prazo contratual.
- 2. O relatório de balizamento referido no número anterior será apresentado ao contraente público com uma periodicidade quinzenal.
- 3. O incumprimento do prazo previsto no número anterior determina a aplicação, à Fiscalização, de uma sanção penal, nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula 69.^a

(Atraso no cumprimento do plano de trabalhos)

1. Se o empreiteiro, injustificadamente, retardar a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo resultante do contrato, a Fiscalização notificá-lo-á, nos termos do disposto no artigo 404.º do Código dos Contratos Públicos, para apresentar, no prazo de 10 dias, um plano de trabalhos modificado, que incorpore as medidas necessárias a assegurar a recuperação do atraso verificado.
2. Realizada a notificação prevista no número anterior, se o empreiteiro não apresentar um plano de trabalhos modificado em moldes considerados adequados pela Fiscalização, deverá esta, depois de consultado o contraente público, elaborar um plano de trabalhos, acompanhado da memória descritiva da sua viabilidade e notificá-lo ao empreiteiro para cumprimento.

Cláusula 70.ª

(Vistoria no termo do prazo contratual)

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 394.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, a que a Fiscalização deverá dar cumprimento, se no termo do prazo da empreitada a obra não se encontrar concluída, a Fiscalização deverá efetuar uma vistoria à obra para determinação da situação dos trabalhos.
2. Em caso de incumprimento do prazo contratual e de desajustamento do plano de trabalhos, a Fiscalização deverá advertir expressa e formalmente o empreiteiro do atraso verificado e determinar-lhe a apresentação de um plano de trabalhos que vise disciplinar a execução física da obra até à respetiva conclusão.
3. O incumprimento, pela Fiscalização, da obrigação imposta no número anterior determina a aplicação de uma sanção pecuniária diária de 100,00 € (cem euros), nos termos das cláusulas deste caderno de encargos.

Cláusula 71.ª

(Multas por violação dos prazos contratuais)

1. Se incumprido pelo empreiteiro o prazo contratual da empreitada, a Fiscalização, obrigatoriamente, remeterá ao contraente público, juntamente com o auto de medição de trabalhos subsequente, um auto circunstanciado do atraso verificado na obra e da multa a que tal atraso dá lugar, por aplicação do disposto no artigo 403.º do Código dos Contratos Públicos.

2. O auto de aplicação de multas será elaborado nos termos indicados pelo contraente público.
3. O incumprimento pela Fiscalização, da obrigação imposta no número anterior, determina a aplicação de uma sanção pecuniária diária de 100,00 € (cem euros), nos termos das cláusulas deste caderno de encargos.

Cláusula 72.ª

(Relatório final e compilação técnica)

1. No prazo de 10 (dez) dias após assinatura da conta final, a Fiscalização apresentará ao contraente público um Relatório Final da Obra, acompanhada da compilação de toda a documentação produzida na obra, escrita e desenhada, devidamente organizada e catalogada, assim como o original do livro de obra.
2. O Relatório Final da Obra deverá compreender uma descrição da forma como decorreu a empreitada, das suas principais incidências, as modificações objetivas do contrato, as pretensões do empreiteiro decididas, os aspetos que se mantêm litigiosos e o respetivo parecer sobre a matéria, assim como uma proposta de avaliação do empreiteiro.
3. O incumprimento, pela Fiscalização, da obrigação imposta nos números anteriores determina a aplicação da sanção pecuniária nos termos das Cláusulas do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 73.ª

(Garantia da obra)

1. Findo o prazo de garantia, a fiscalização assessorará o contraente público na vistoria a efetuar nos termos do disposto no artigo 398.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente na identificação de patologias e deficiências que possam obstar à receção definitiva da obra.
2. Do mesmo modo a fiscalização assessorará o contraente público caso, algum defeito ou patologia seja identificado durante o prazo de garantia da obra.
3. Por cada incumprimento na assessoria a prestar ao dono de obra, de acordo com os números anteriores, será aplicada sanção contratual pecuniária nos termos da Cláusula 43.ª do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 74.ª

(Coordenação de segurança e saúde)

Com a assinatura do contrato, o contraente público designará a Fiscalização como coordenadora em matéria de segurança e saúde durante a fase de execução da obra, nos termos previstos no Decreto-Lei 273/2003, de 29 de outubro.

Despacho:

Aprovo o presente caderno de encargos.

Braga, 25 / 09 / 09

O Presidente da Câmara,

(Ricardo Rio)